

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

FERNANDA CECÍLIA ALVES GONÇALVES DE CAMPOS

**O IMPACTO DO FEMINISMO NA SOCIOLOGIA: Uma análise dos
livros didáticos da disciplina de sociologia utilizados na rede pública de
Mato Grosso do Sul**

PARANAÍBA

2016

FERNANDA CECÍLIA ALVES GONÇALVES DE CAMPOS

O IMPACTO DO FEMINISMO NA SOCIOLOGIA: Uma análise dos livros didáticos da disciplina de sociologia utilizados na rede pública de Mato Grosso do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

Orientadora: Juliana do Prado

PARANAÍBA

2016

C212i Campos, Fernanda Cecília Alves Gonçalves de
O impacto do feminismo na sociologia: uma análise dos livros didáticos da disciplina de sociologia utilizados na rede pública de Mato Grosso do Sul/ Fernanda Cecília Alves Gonçalves de Campos. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2016.

81f.; 30 cm.

Orientadora: Profa Juliana do Prado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Estudos feministas. 2. Livro didático. I. Campos, Fernanda Cecília Alves Gonçalves de. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Ciências Sociais. III. Título.

CDD – 305.4

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

FERNANDA CECÍLIA ALVES GONÇALVES DE CAMPOS

O IMPACTO DO FEMINISMO NA SOCIOLOGIA: Uma análise dos livros didáticos da disciplina de sociologia utilizados na rede pública de Mato Grosso do Sul

Relatório final, apresentado a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciatura em Ciências Sociais.

UEMS, ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (Juliana do Prado)

Prof. (Bruno Ribeiro)

Prof. (Lucelia Guimarães)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe, por todo o seu exemplo de luta. Mulher que sempre prezou pelo meu conforto e do meu irmão, muitas vezes passando por cima de suas próprias necessidades. A sua jornada foi tripla, cuidar de casa, de filha e filho, trabalhar fora, mas sempre forte e persistente. Se hoje eu sou feminista é porque você foi o meu maior exemplo. Saiba que começou ainda quando criança, quando perguntavam se eu não sentia falta de um pai, e eu respondia toda orgulhosa que você correspondia a todas as qualidades e necessidades que uma filha precisava. Obrigada por todo o seu incentivo e insistência para que eu me dedicasse na elaboração não só do presente trabalho de conclusão de curso, mas em várias outras etapas da minha vida. Eu sei, foi difícil para você. Agradeço também pela criação que me concedeu, por ter me levado ao parque para jogar futebol com os meninos, mesmo quando jogar bola não era “coisa de menina”, e agradeço por não ter me sufocado com roupas desconfortáveis geralmente destinadas ao gênero feminino. Não há mulher que eu admire mais nesse mundo do que você, mãe. Espero que um dia, assim como sua educação que tanto tenho a agradecer, dispa-se de seus preconceitos reproduzidos por uma sociedade heteronormativa, e chame sua nora para um almoço em família.

Agradeço a minha avó Maria pelo seu exemplo de vida, uma força da natureza, tanto pela sua honestidade, solidariedade, como pelo sua autoridade, uma verdadeira matriarca, mas que infelizmente não está mais presente para acompanhar a finalização dessa etapa de minha vida. Mesmo diante de sua ausência física, mantenho viva toda a memória de sua força, humildade, da mulher admirável que foi, e claro, do barulho da máquina de costura que foi por tantos anos a renda que alimentou e vestiu suas filhas e seu neto. Que falta faz o calor de sua presença e do som da colher de pau sendo balançada no caldeirão borbulhando doce de goiabada. Vó, a senhora vive dentro de mim.

Agradeço a minha companheira, parceira, amiga, namorada, confidente e colorida, Maria Clara, por resistir a esse processo intenso que perdurou mais do que esperávamos. Obrigada por amar cada pedaço estranho e cheio de conflitos que habitam o meu ser. Obrigada por escolher crescer ao meu lado, e segurar a minha mão para juntas unirmos forças para encarar uma sociedade machista, lesbofóbica e competitiva. Não foram fáceis esses meses. Depois de tanta fibromialgia e tempos separadas, estamos livres para “vender a nossa arte na praia” e agora mais perto de um subterfúgio das normas excludentes dessa sociedade que já não compete a nossa sede por liberdade e integração com a natureza.

Agradeço também a minha melhor amiga, aliás, irmã, não de sangue, mas por livre escolha, por amor, parceria e muita sororidade. As nossas conversas foram muitas vezes uma forma de aliviar a tensão, e a finalização com um Arm Lock no treino de muay thai (com direito a vídeo) inspirou a finalizar este trabalho também. Risos eternos. Espero você na nossa Kombi psicodélica, eu espero tê-la sempre presente em minha vida. Obrigada pela amizade, Cinthia. Sério, muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer a minha orientadora, Juliana, que pacientemente respondeu a todos os meus e-mails prontamente, sempre muito prestativa, auxiliando-me e indicando leituras. Gratidão pela gentileza e pela enorme paciência. Muito obrigada mesmo.

RESUMO

O tema central deste trabalho corresponde às implicações políticas e científicas proporcionada pelos estudos feministas e de gênero no âmbito da sociologia. Essas implicações são observadas no contexto escolar por meio de análises comparativas de dois livros didáticos de sociologia do Estado de Mato Grosso do Sul, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo ano de 2012 e 2015. Ao efetuar a contextualização teórica relacionada à abordagem metodológica, constataram-se lacunas referentes às questões de gênero, sexualidade, raça/etnia no livro didático “Sociologia para o ensino médio” de Nelson Dacio Tomazi, além de apurar por meio das observações participativas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), a ausência do livro didático “Sociologia hoje” - uma vez que comporta em seus conteúdos maior identificação com as questões de gênero sexualidade, raça entre outras diferenças - no ensino e aprendizagem da turma do 3º ano A do ensino médio técnico da Escola Estadual Aracilda Cícero Correa da Costa, situada no município de Paranaíba-MS. Portanto, essas lacunas contradizem os princípios regidos pela disciplina de Sociologia e pela teoria prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-Chaves: Estudos feministas; estudos de gênero; sociologia; livro didático; educação.

ABSTRACT

The central theme of this work corresponds to the political and scientific implications provided by feminist and gender studies in sociology. These implications are observed in the school context through comparative analyzes of two sociology textbooks of the State of Mato Grosso do Sul, approved by the National Program of Didactic Book (PNLD), for the year 2012 and 2015. In making the theoretical contextualization related to the methodological approach, there were gaps related to the issues of gender, sexuality, race / ethnicity in the textbook "Sociology for high school" of Nelson Dacio Tomazi, as well as to establish through participatory observations by the Program (PIBID), the absence of the textbook "Sociology today" - since it has in its contents greater identification with the issues of gender, sexuality, race and other differences - in the teaching and learning of the class of 3 Year of the technical high school of the Aracilda Cícero Correa da Costa State School, located in the municipality of Paranaíba-MS. Therefore, these shortcomings contradict the principles ruled by the discipline of Sociology and by the theory predicted in the National Curricular Parameters.

Keyword: Feminist studies; gender studies; sociology; textbook; education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - A marcha das mulheres	54
Ilustração 2 - Ato público de mulheres em Tóquio, Japão, em 2005	58
Ilustração 3 - Tirinha comenta com ironia a exploração do trabalho feminino.....	63
Ilustração 4 - Charge de Angeli publicada em 2006 descreve a realidade de uma situação que poderíamos chamar de étnico-racial	64
Ilustração 5 - O primeiro casamento gay no universo dos quadrinhos da Marvel	65
Ilustração 6 - Grafite de 2010 que diz BASTA à violência contra as mulheres.....	66
Ilustração 7 - Campanha lançada pela Prefeitura de Fortaleza em 2011 contra a homofobia..	66
Ilustração 8 - Anúncio de uma revista brasileira de 1969	68
Ilustração 9 - Propaganda norte-americana da década de 1950.....	68
Ilustração 10 - Cartum de Laerte 2011, reflexão sobre os padrões culturais.....	69
Ilustração 11 - Cartum de Laerte 2011	69
Ilustração 12 - Gravura (c. 1830) representando mulheres e crianças trabalhadoras em fábrica de tecido inglesa, operando máquinas movidas a água e a vapor.....	70
Ilustração 13 - A hora do jantar: Wigan (1874)	70
Ilustração 14 - Foto de 2010, trabalhadoras chinesas montam componentes eletrônicos em fábrica de Shenzhen, na China, subsidiária de uma multinacional de Taiwan.....	70
Ilustração 15 - Tirinha ironiza os paradoxos de uma sociedade de consumo, na qual o esporte serve, por exemplo, para vender bebidas alcoólicas.....	71
Ilustração 16 - Calvin&Hobbes	71
Ilustração 17 - Cartum Laerte 2011	71

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
1.1 O que é feminismo?.....	11
1.2 Feminismo em uma perspectiva histórica.....	14
2. Feminismos no Brasil.....	21
3. Contribuições dos estudos femininas e de gênero à sociologia.....	33
4. Qual o papel da sociologia no ensino médio?	44
4.1 Análise do livro didático "Sociologia para o ensino médio" aprovado pela PNLD de 2012.....	51
4.2 Análise do livro didático "Sociologia hoje" aprovado pela PNLD de 2015.....	62
5. Considerações Finais.....	74
6. Referências	77

1. INTRODUÇÃO

*Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar
E eis que de repente ela
resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também.
Pitty*

O conteúdo desenvolvido foi realizado a partir de diferentes análises e observações, por meio de conhecimentos teóricos e práticos. Além das pesquisas bibliográficas concernentes aos estudos feministas e de gênero, e de suas contribuições para a sociologia, o presente trabalho corresponde às análises dos livros didáticos de sociologia aprovados pela PNLD de 2012 e 2015, tendo como objetivo observar se há ou não contribuição das teorias feministas na composição de seus conteúdos.

É importante situar o caráter relevante dessa pesquisa por estar articulada ao campo epistemológico da sociologia, à medida que, de acordo com os princípios da mesma, o ensino de sociologia está fundamentado na *desnaturalização* e *estranhamento*, sendo “o estranhamento uma condição necessária às Ciências Sociais”, e “a desnaturalização o papel central que o pensamento sociológico realiza”. (SOCIOLOGIA, 2010, p.46-47) Deste modo, os estudos feministas partem dessa mesma gênese, sendo, portanto, imprescindíveis para a consolidação de tais princípios, uma vez que contribuem para a desnaturalização dos padrões tradicionais de gênero e para o seu estranhamento, visando interpretações que transpassam as barreiras do senso comum.

Por conseguinte, procurou-se com este trabalho contextualizar a importância dos movimentos feministas nas transformações políticas e sociais, e nas suas contribuições no que concernem as produções científicas, visando que, a problemática deste trabalho, está em torno da possível relação entre a ótica feminista na composição da sociologia e suas imbricações na instituição escolar. Para resolver essa questão necessita elencar duas indagações: Qual o impacto dos feminismos na sociologia? Em que medida a contribuição dos estudos feministas à respeito dos estudos de gênero, sexualidade e diferenças, pode ser visualizado nos materiais didáticos do Ensino Médio utilizados nas escolas públicas de Mato Grosso do Sul? Essas perguntas são relevantes à medida que

esta pesquisa possui implicação política e social, uma vez que a sociedade está alicerçada em uma estrutura desigual atrelada a relações marcadas por discriminações e preconceitos de gênero, sexualidade, cor, classe, entre múltiplas outras diferenças existentes. Por isso a necessidade de problematizar a resistência encontrada nas produções feministas e de gênero, sendo elas imprescindíveis na construção de uma sociedade mais igualitária. Logo, a educação se apresenta como base desse processo.

No primeiro momento do trabalho, respaldado pelo primeiro e segundo capítulo, serão explanadas por meio de reflexões históricas os feminismos acerca de seu comprometimento com as mudanças sociais, enquanto ação política e social. Posteriormente, serão levantadas as contribuições teóricas dos estudos feministas e dos estudos de gênero para a transformação social e também para o reconhecimento das mulheres enquanto sujeitos políticos e sujeitos do conhecimento. Essa reflexão engloba os movimentos feministas com base em um contexto geral, e especificamente os feminismos no cenário brasileiro.

Na composição do III capítulo está delineada a problematização deste trabalho, trazendo as contribuições dos estudos feministas e de gênero à sociologia.

Já no IV capítulo, é brevemente apresentado o papel da disciplina de Sociologia no ensino médio, e pontuadas as análises dos livros didáticos de Nelson Dacio Tomazi “Sociologia para o ensino médio” e do livro didático “Sociologia hoje” fundamentada sob o prisma dos estudos feministas e dos estudos de gênero, com o intuito de confirmar se há ou não a abordagem das questões de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, entre outras diferenças.

O último capítulo corresponde à síntese do que foi desenvolvido ao longo do trabalho, obtendo também a conclusão dos resultados levantados pelos questionamentos que constituem essa pesquisa.

1.1 O QUE É FEMINISMO?

Primeiramente é necessário abordar o que é o feminismo, aliás, o que são os feminismos, no plural. O feminismo será tratado no singular em alguns momentos do trabalho, contudo, é necessário entender que o mesmo não é um conceito unitário, mas sim um conjunto de diversas ideias e ações que transpassam denominações que limite sua pluralidade e variedade.

Sobre a definição do feminismo, Castells (1999) assinala que o mesmo é uma luta pela sobrevivência, que capacita às mulheres¹ a subverter a lógica de mulher patriarcalizada². Não é apenas militante, ele protesta a invisibilidade da mulher na história, subverte-a, luta em defesa de seus direitos, demanda respeito, tratamento equânime e exige o que deveria ser inequívoco: que as mulheres sejam tratadas como seres humanos e não como objetos.

Na definição de Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1991, p. 7): “É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada”. Já a militante feminista Vera Soares³ define com maior precisão que:

[...] o feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. O feminismo se expressa em ações coletivas, individuais e existenciais, na arte, na teoria, na política. Reconhece um poder não somente no âmbito do

¹ O conceito de mulher foi trabalhado pelo referencial feminista, de forma a desnaturalizá-lo. Por meio de sua obra *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir delinea o conceito de mulher para além de uma base biológica, mas enquanto construção sócio-histórica-cultural: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo.” (1997, p. 9).

² O sentido de *mulher patriarcalizada* para Castells (1999) tem relação com o sistema patriarcal ao qual ele denomina como uma estrutura em que predomina o domínio do homem sobre a mulher, tanto no espaço privado, constituído pelo ambiente familiar, quanto institucionalmente, permeando toda a organização social e suas esferas políticas, culturais e legislativas. Porém, essa questão do patriarcado passa por novas concepções a partir de diferentes autoras, como Joan Scott e Adriana Piscitelli, sendo abordadas mais adiante.

³ “Vera Soares Foi integrante da Comissão de Mulheres do PT de 1982 a 1994. É militante feminista, membro da ELAS — Elisabeth Lobo Assessoria, consultora científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGEUSP”. (p. 33).

público-estatal, mas também o poder presente em todo o tecido social, fazendo a concepção convencional da política e a noção de sujeito se ampliarem. (2006, p. 33 -34).

Para Castells (1999, p. 229), não é possível estabelecer “[...] o núcleo da oposição fundamental e da transformação essencial compartilhado pelos vários movimentos [...]”, sem antes compreender toda a riqueza que contém nos diferentes discursos do feminismo, toda a sua diversidade e capacidade para afeiçoar-se em diferentes culturas. Ou seja, não há uma abordagem homogênea e uma organização centralizada no movimento feminista, pelo contrário, caracteriza-se por uma perspectiva plural e autocrítica, abarcando as especificidades em comum das mulheres. Sendo assim, não se constrói apenas uma identidade feminista, mas várias, vertentes autônomas, do qual se apoderam de um sistema opressor por meio de suas experiências de vida.

O termo feminismo possui variadas interpretações no contexto social, sendo visto muitas vezes – erroneamente – como oposição ao machismo⁴, ou seja, como uma inversão de poder, atribuindo as mulheres caráter de supremacia em relação aos homens. Essa concepção do que é o feminismo ocorre por ter o mesmo um caráter político que, enquanto *locus* de luta, busca uma transformação profunda da sociedade que – ainda - encontra-se alicerçada em hierarquias e desigualdades. Deste modo, por desnaturalizar as relações de gênero, bem como de sexualidade, torna-se, inevitavelmente, alvo de várias conspirações, rotulações e deturpações de todo o tipo. Segundo Michelle Perrot (2012, p. 153): “O feminismo nem sempre goza de boa reputação”.

Como dito acima, essa estereotipação do feminismo se dá na medida em que o mesmo denuncia toda uma rede de complexidade das relações sociais e das ações dos sujeitos sociais, sendo elas baseadas em hierarquias, injustiças naturalizadas no seio de diferentes sociedades. Seguindo essa lógica, entende-se a tamanha carga negativa junto

⁴ Machismo é a dominação da mulher pelo homem. Essa dominação acontece em vários âmbitos da sociedade, sendo ele muitas vezes institucionalizado. Podem-se encontrar representações do machismo no cotidiano, através do comportamento dos homens para com as mulheres, na mídia, na escola, em universidades, no sistema de saúde, entre variados outros meios. E também, pode ser reproduzido pelas mulheres, de acordo com Saffioti em “O Poder do Macho” (1987, p. 34): “A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos quando proibem os filhos de chorar, alegando que “homem não chora”, e exigem que as filhas “se sentem como mocinhas [...]”.

à palavra *feminismo*, uma vez que suas pautas se baseiam em uma constante denúncia ao *status quo*.

O feminismo é, à vista disso, um espaço caracterizado por sua resistência e contestação, um elemento subversivo que rompe com uma cultura política de cunho excludente e totalitário para as mulheres e para todos os atores que não se estruturam hegemonicamente. Schmidt assinala também que (2006, p.775): “Não é de hoje nem de ontem que o termo “feminismo” sofre uma sistemática depreciação e deslegitimação nos mais diversos círculos letrados do país”.

Para falar do feminismo é necessário entender que o mesmo passou por distintos períodos no processo de constituição de suas identidades. Portanto, segundo Louro (1997, p. 14), as “ações isoladas ou coletivas, dirigidas contra a opressão das mulheres, podem ser observadas em muitos e diversos momentos da história”.

Contudo, o intuito do trabalho não é definir o que são os feminismos em si, até porque, como visto, ele é um movimento político e intelectual constituído por uma pluralidade de vozes. É importante destacar que o feminismo é uma posição concreta da sociedade, buscando o desmanche das hierarquias atribuídas não somente as mulheres, mas a outros grupos marginalizados, sendo esse o eixo que conduz essa pesquisa, pois, a importância do feminismo está em pensar questões de gênero, sexualidade, classe, entre outras diferenças, e, a partir dessas demandas, poderemos visualizar suas contribuições à ciência, sobretudo, à sociologia.

1.2 FEMINISMOS EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Falar sobre os feminismos e de suas contribuições no que concerne aos novos métodos de investigação científica, é necessário primeiro, estabelecer o processo de construção do feminismo enquanto ação política, e para que isso ocorra, é importante situar os diferentes momentos históricos do movimento. Portanto, será brevemente explanado como parte inicial dessa reflexão os diferentes períodos e contribuições no posicionamento da mulher nas contingentes esferas da sociedade. Segundo Lucila Scavone:

Essas fases correspondem, em grandes linhas, aos séculos XVIII e XIX, à segunda metade e ao final do século XX e ao início do século XXI; entretanto, não é possível circunscrevê-las em uma perspectiva linear. Apesar de estabelecermos a relação temporal com períodos e lutas distintos, essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade. (SCAVONE, 2008, p. 177)

Nesse sentido, anteriormente à organização dos movimentos feministas como comumente se entende, houveram atos feministas isolados. As mulheres, por viverem em uma sociedade excludente, tanto no âmbito privado, quanto no público, proibidas de integrarem discussões consideradas do universo masculino, começaram a se organizar em prol da conquista de seus direitos, mais precisamente no final do século XIX.

No entanto, no século XVIII, especificamente na França, na Revolução Francesa, já ganhava impulso a participação ativa das mulheres nas ações e ideias que levaram à concretização dos propósitos revolucionários. Mesmo diante dos feitos das mulheres nas ações políticas durante a Revolução, ainda lhe era negado condições de igualdade de modo semelhante aos homens. Entre as participações femininas desta época, destaca-se Marie Gouze, mais conhecida como Olympe de Gouges, que lutava em defesa dos direitos das mulheres, ficou famosa por seu manifesto *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos direitos da mulher e da cidadã), condenada à morte por se opor a um regime de preponderância masculina. (ALVES; PITANGUY, 1991)

Na virada do século XIX, de acordo com Louro (1997), a luta contra a discriminação da mulher ganhou proporção no feminismo por meio do *sufrágio*, ou seja, na luta pelo direito ao voto. Nos Estados Unidos essa luta ocorreu na capela em Seneca Falls em Nova York, no ano de 1848, e, portanto, instituindo oficialmente o feminismo

de caráter organizado, cujas lutas se pautavam na defesa dos direitos das mulheres em relação ao trabalho, educação, e a não monopolização do poder político por parte dos homens, atingindo o direito ao voto em 1920. (CASTELLS, 1999) Tal conquista se deu por influência das sufragistas britânicas.

Desta forma, o voto ocorreu primeiramente na Inglaterra com a admissão da lei de reforma eleitoral em 1918, porém, somente as mulheres com 30 anos ou mais podiam votar. A partir de 1928 é que o direito ao voto para as mulheres passou a ser ampliado para os 21 anos, e, então, igualando-se aos homens. Essa conquista esteve permeada por um cenário militante protagonizado pelas *sufrajetes*, conhecidas pela forte resistência ao descaso do governo em relação ao reconhecimento da cidadania das mulheres. (ABREU, 2002)

Conforme Martins (2015), as mulheres passaram a reivindicar igualdade de direitos civis e políticos - direitos até então reservados aos homens - no final do século XIX, com as revoltas do operariado e o movimento sufragista, do qual foi propalado pelas revoluções burguesas. Esse momento histórico do feminismo também teve como pauta aspectos voltados para o campo do trabalho e instâncias de poder, como melhores condições de trabalho e reivindicações por representações nos parlamentos.

Entretanto, segundo Louro (1997, p.15), esse momento do feminismo obteve um caráter elitista, isto é, com uma abordagem voltada ao “interesse das mulheres brancas de classe média”. Visto que, as mulheres sempre trabalharam, tanto dentro da esfera doméstica, sem remuneração e invisibilizadas, como também no artesanato, nas lavouras, ou seja, antes mesmo da revolução industrial as ter impelido às fábricas, as mulheres já vinham executando tarefas árduas, de caráter servil, muitas vezes fisicamente esgotante, para depois passar para o também árduo campo de trabalho das fábricas, na ocupação na linha de produção durante as duas guerras mundiais, quando os homens partiram para as frentes de batalha. (PERROT, 2012)

Essa negligência do movimento feminista em suas formulações iniciais dada às mulheres pobres, negras e as lésbicas, denomina o caráter desse momento. A visão transformadora do feminismo se limitava a uma perspectiva liberal⁵, onde a luta não visava uma transformação radical das estruturas de opressão da mulher pelo homem, mas, uma busca pelo reconhecimento enquanto cidadãs, nesse sentido, as

⁵ Segundo Helena Hirata: “Por *corrente liberal*, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais; com a luta pela total igualdade entre mulheres e homens, pode-se falar em um feminismo reformista que conta, por meio de políticas de ação positiva, com a prioridade dada às mulheres para reduzir as desigualdades”. (2009, p. 148)

caracterizações essencialistas conferidas às mulheres não eram questionadas. (MAYORGA; COURA; MIRALLES; CUNHA, 2013)

De acordo com Martins: “Nesse momento, em que direitos políticos e civis já estavam em processo de consolidação em diversos países ocidentais, estabeleceram-se os alicerces de uma teoria feminista, destinada a compreender as origens e as causas das desigualdades entre os sexos”. (2015, p. 234)

Na década de 1963, Betty Friedan publicou o seu livro *The Feminine Mystique* (A Mística Feminina), tendo ele grande importância na época em que (REIS, 2008, apud SPENDER, 1985, p.7) os homens dominavam o contexto teórico, inclusive para falar sobre a esfera feminina, sendo eles os protagonistas da imprensa acadêmica, encarregados das revistas direcionadas ao público feminino.

Esses primeiros momentos do feminismo baseou suas reivindicações na busca pela participação ativa das mulheres na vida pública, com pautas voltadas para a mesma igualdade de direitos e deveres dos homens, ocasionando a limitação do reconhecimento de suas diferenças, conhecido pelo feminismo liberal.

Em consequência das limitações presentes no feminismo liberal, passou a se formar outra vertente do movimento, intitulada de *feminismo radical*, com o intuito de dar voz as mulheres constantemente silenciadas. Cruz (2007) explica a diferença entre as duas vertentes elencando que para o feminismo radical a “existência do patriarcado anterior ao capitalismo estão na origem da subordinação feminina, para o feminismo liberal, seria suficiente a existência da consagração da igualdade jurídica tanto para homens quanto para mulheres [...]”. (2007, p. 5)

Houve também a vinculação das feministas socialistas com as questões do feminismo radical, envolvendo motes mais vastos sobre movimentos anticapitalistas. As duas acreditavam que a causa da opressão se dava pela estrutura, porém, ambas se distinguem no que concerne a sua origem. Para as socialistas a opressão estrutural acontecia por intermédio das relações de produção, e para as feministas radicais se dava pela “estrutura patriarcal de reprodução”. (SARDENBERG, 2001, p.4)

Piscitelli aborda por meio dessas duas correntes do movimento feminista as diferenças de concepção do patriarcado, pontuando primeiramente sobre o feminismo radical que:

[...] atribui-se a disseminação da idéia de Patriarcado como sistemas de opressão presentes ao longo do tempo e mediante as culturas, implicando que, universalmente, as mulheres compartilham uma realidade separada dos homens. Nas correntes socialistas, o

patriarcado adquire uma dimensão histórica (variando no tempo) e uma base material, intimamente ligado aos modos de produção e reprodução – embora sua existência em modos de produção muito diferentes evoque os pressupostos radicais sobre a dominação masculina transhistórica. (2008, p. 264)

É importante delinear o conceito de patriarcado, à medida que o seu campo possui certa abundância em análises muitas vezes polêmicas entre os diferentes debates travados por autoras e autores. Diante dessa quantidade significativa referente ao aporte teórico sobre a temática, um exemplo é a abordagem de Joan Scott, que através de uma rejeição ao conceito de patriarcado, considera-o não como um poder centralizado, pautado em uma dominação canalizada, mas “uma ideia de poder como constelações dispersas de relações desiguais”. (PISCITELLI, 2008, p. 265)

Já Piscitelli, conceitua que: “com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência”. (2008, p.7)

Em 1968 houve várias manifestações que marcaram esse período, sendo bastante emblemática a manifestação que ilustrou a representação das mulheres contra a ditadura da beleza, quando feministas americanas, com liderança de Robin Morgan, fizeram um protesto, conhecido como *queima dos sutiãs*, no qual queimaram objetos que continham a ideia de exploração comercial do corpo feminino, como “sapatos de salto alto, “bobies”, pinças de sobrancelhas”. Essa manifestação ocorreu durante o Concurso de Miss. (REIS, 2008, p. 87) Guacira Lopes Louro (1997, p.15) apresenta o ano de 1968 como um “marco da rebeldia e da contestação”.

Além desse caráter político das relações entre os sexos, essa década esteve permeada por protestos referente à autonomia do corpo das mulheres, como a liberdade na vida reprodutiva, o exercício da sexualidade, os problemas relacionados ao âmbito privado e os diversos tipos de violência respectivos às mulheres. Nesse sentido, para Silveira (2014), houve uma expansão do feminismo para além da luta por direitos legais direcionados as mulheres, buscando também adentrar um espaço caracterizado pela naturalização de muitas opressões contra a mulher, sendo ele, o espaço privado.

Esse momento do feminismo foi marcado pelo lema em que relacionava o *pessoal e político*, ou seja, a ideia de que as conjunturas pessoais se dão por estruturas oriundas de fatores públicos. Conforme Reis (2008, p. 91), esse slogan “[...] é a principal contribuição teórica do feminismo radical e uma das mais fundamentais para a

formulação do conceito de gênero”, pois de acordo com Louro (1997, p. 149), possibilitou uma nova relação entre subjetividade e a sociedade, à medida que “esse *insight* revolucionou formas de pensar e de representar o mundo; expôs conexões e imbricações ocultas entre o privado e o público, permitiu que se observassem vínculos de poder antes desprezados”.

Por conseguinte, em meados da década de 1970, as feministas, principalmente as francesas, começaram a desenvolver o denominado *feminismo da diferença* para abarcar as diferenças entre homens e mulheres, com o intuito de diferir da tradição do determinismo biológico que sempre esteve presente nas opressões que cercearam as mulheres por séculos (NORVAZ; KOLLER, 2006) Segundo Scavone, “é possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas”. (2008, p. 175)

As primeiras reivindicações da luta feminista concentravam-se no parâmetro igualdade entre homens e mulheres, porém, para além da igualdade, e até certo ponto antagonista a essa primeira luta, o feminismo da diferença surge com o avanço das teorias e, portanto, passa a reconhecer a diversidade e o pluralismo, valorizando a diferença entre homens e mulheres positivamente. (LOURO, 1997). Contudo, esse avanço fundamentado na dicotomia sexo/gênero em relação às primeiras formulações baseadas na categoria mulher, passa a ser criticada a partir da década de 1980. Para Piscitelli, uma das causas que corroboraram para tais críticas “foi a fixidez e unidade que essa distinção conferia às identidades de gênero, ao formular a existência de uma base biológica imutável que dividia a humanidade em dois sexos e, conseqüentemente, em dois gêneros”. (2008, p.264)

Uma das críticas a essa distinção sexo/gênero é a historiadora Joan Scott, autora de “O Enigma da Igualdade e *Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*”. De acordo com Louro, a autora assinala que:

[...] esse desafio representa uma armadilha, é uma "falsa dicotomia", já que igualdade é um conceito político que supõe a diferença. Segundo ela, não há sentido em se reivindicar a igualdade para sujeitos que são idênticos, ou que são os mesmos. Na verdade, reivindica-se que sujeitos diferentes sejam considerados não como idênticos, mas como equivalentes. (1997, p. 46).

A perspectiva dada por Joan Scott em relação ao dilema igualdade/diferença, é propor o argumento de que há interconexões entre os dois conceitos, e não oposição,

pois, segundo a autora: “ [...] reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos.” (2005, p 12)

A partir dos anos 90, as “teorias aliadas às discussões sobre a construção do sexo e gênero” (JESUS; SACRAMENTO, 2014, p. 195), caracterizadas pelas teorias definidas como “pós-feministas” que denunciam os discursos feministas anteriores, passou a se buscar um movimento maior e mais inclusivo, que abrangesse a integração das preocupações de lésbicas, mulheres negras e/ou pobres, e, conseqüentemente, superando o dilema da igualdade/diferença.

Consoante Gonçalves e Pinto, o *feminismo da diferença* no cenário norte-americano se dá mediante diferentes formas de interpretação:

(A) A primeira acepção de feminismo da diferença, que poderia ser situada historicamente na década de 1970, está relacionada às discussões sobre as distinções entre mulheres e homens, com explicações a respeito de matizes biológicas, culturais e outras [...]

(B) A segunda acepção do “feminismo da diferença” está relacionada às intervenções de feministas negras, homossexuais, imigrantes e de outros grupos, cujo discurso emerge para as discussões acadêmicas com mais relevo na década de 1980.

(C) A terceira acepção do “feminismo da diferença”, que irá marcar a década de 1990, é colocada em pauta com a influência da *différance* nos debates norte-americanos – esta última linha de estudos problematizaria a estrutura binária mulher/homem inicialmente colocada. Desta maneira, a reinterpretação sobre a “diferença” acaba por contribuir para o que, mais tarde, foi denominado de abordagem “interseccional”⁶, mecanismo teórico de expansão do conceito de gênero [...]. (RÜSCHE, 2015, p. 70-71).

Logo, essas questões que norteiam o feminismo deste momento, ao mesmo tempo em que desnaturalizam algumas categorias, busca também refutar perspectivas de gênero estabelecidas pelas fases anteriores do processo dialético do movimento feminista. Portanto, para Narvaz e Koller: “O desafio nesta fase do feminismo é pensar, simultaneamente, a igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina”. (2006, p. 649).

⁶ Hirata discorre a respeito do termo interseccionalidade: “A vasta literatura existente em língua inglesa e mais recentemente também em francês aponta o uso desse termo, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989). [...] pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism [...], cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo”. (2014, p.62).

Esse cenário levou a um amplo debate acerca das diferenças, e pelo reconhecimento delas. Portanto, buscou-se a partir de uma nova interpelação das teorias de outrora a produção voltada para as intersecções entre raça, classe, gênero, sexualidade. De acordo com Piscitelli (2008), a teoria da *interseccionalidade* ou as *categorias de articulação*, estabelecem-se por meio da crítica aos primeiros conceitos de gênero, utilizando como exemplo Donna Haraway:

Ela considera que, trabalhando com a distinção sexo/gênero, seria impossível desconstruir como os corpos, sexualizados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e espaços de intervenção na biologia. E, sobretudo, considera que a centralidade concedida à categoria gênero obscurece ou subordina todas as outras, como raça e classe, outras, que emergem nitidamente das 'políticas da diferença', em um movimento imperialista do feminismo branco e ocidental. (PISCITELLI, 2008, p.266)

Ao explicar as categorias articuladas, Piscitelli, de forma análoga situa que as diferenças caracterizadas pelo gênero, sexualidade, classe, cor, entre outros, não é como o lego, "montadas em conjuntos", mas existem de forma a manter relações entre si, ou seja, "existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias". (2008, p.268)

A partir do que foi exposto no presente capítulo, nota-se que o feminismo dos anos 60 e 70 buscaram introduzir e reivindicar novas políticas sociais e culturais por "reconhecimento e legitimação", da qual se desenvolveram por meio dos movimentos pelos direitos civis e pelo reconhecimento da diferença, fundamentado em análises reflexivas, autocríticas imiscuídas em lutas por mudança social, e atualmente, mais precisamente a partir da década de 1990, tomando base nas interseccionalidades, principalmente a de raça/etnia, classe, gênero, além de uma perspectiva de mulheres a partir da noção de gênero.

A contribuição feminista enquanto movimento social teve impactos fundamentais na ciência, sobretudo, na sociologia. Os debates em torno de conceitos como gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social e outras diferenças sociais são abordados, no Brasil, pelo ensino de sociologia no Ensino Médio. Para tanto, essa breve exposição histórica sobre os feminismos, permite observar sua relevância para discussão sobre temas que perpassam as hierarquias sociais, levando em conta a forma como os sujeitos são constituídos enquanto diferentes e contribuindo com desigualdades sociais. De modo semelhante, permite avançar a discussão sobre os impactos dos feminismos nos livros didáticos analisados.

2. FEMINISMOS NO BRASIL

O feminismo no Brasil, assim como na América Latina, não é dissociado do feminismo que ocorreu nos demais países. Pelo contrário, está integrado, sendo muitas vezes influenciado pela articulação feminista dos Estados Unidos e da Europa.

Um dos primeiros momentos do feminismo no Brasil resultou das reivindicações das mulheres em prol de seus direitos civis e também pelo fim de uma educação excludente para as mesmas. Tais lutas decorreram da primeira metade do século XIX.

Além da exclusão feminina do processo de escolarização, e sua luta por melhores condições para as mulheres nesse campo, as mulheres lutaram também nesse mesmo período composto pelo século XIX, por direito civis e políticos, como no caso da questão do voto, uma vez que o mesmo ainda era visto como possível ameaça à estrutura dominante estabelecida pelos homens. Essa exclusão da vida pública, segundo Karawejczyk, incidiu praticamente em todo o Ocidente, “até os primeiros decênios do século passado”. (KARAWEJCZYK, 2007, p. 11)

Dentro dessa perspectiva, o Brasil foi palco de reivindicações pela emancipação das mulheres, fomentando transformações gradativas pertencentes às instâncias de poder, anteriormente negadas com afinco ao público feminino. Tendo a imprensa feminista, precisamente em 1889 (Proclamação da República), papel fundamental na conscientização e reivindicação das mulheres em prol de seus direitos, sendo essa mobilização desencadeada pelo veto dado as mulheres em relação ao direito de votar. (RODRIGUES, SILVA, 2014)

Nesse sentido, de acordo com Costa e Sardenberg (2008), o ano de 1889 ofereceu estrutura para os anseios feministas florescerem, iniciando a mobilização das mulheres, como expresso abaixo:

[...] A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta, com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política. (apud, HAHNER, 1981, p. 80)

Portanto, foi a partir dessa conjuntura política de caráter excludente que iniciou a luta das mulheres em defesa de seus direitos, tendo os jornais papel importante na ampliação das discussões voltadas para a igualdade entre homens e mulheres, e no debate da emancipação política feminina, tanto na educação, quanto na questão do

direito ao voto. Os primeiros jornais destinados à conscientização das mulheres foram: o *Jornal das Senhoras* (1852), *Sexo Feminino* (1873), sendo alterada em 1889 para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, *A Família* (1888), entre outros. (RODRIGUES, SILVA, 2014)

Mas não foi apenas no Brasil que a imprensa teve importante papel no processo de contestação das mulheres e da difusão de suas ideias, sendo também realizado em vários outros países latino-americanos, como o Chile, Peru, Argentina, México e Costa Rica, mais precisamente *na primeira metade do século XIX*. (COSTA, 2005, p. 2)

Já em 1891 na Assembleia Constituinte, pelo Artigo 72, era assegurada a igualdade entre todos, estabelecendo o corpo de eleitores como cidadãos maiores de 21 anos e alfabetizados, todavia, sem fazer alusão às mulheres. Ou seja, não constava a defesa do direito ao voto feminino, mas também não a excluía, conferindo ao mesmo caráter dúbio e, deste modo, diferentes interpretações que levaram ao público feminino a exclusão da esfera política mais uma vez. (COSTA, SARDENBERG, 2008)

Na utilização do meio impresso as mulheres impulsionadas por reivindicações pelos direitos das mulheres - como o exemplo da forte imprensa feminista -, efetuou-se um vasto movimento de redefinição da mulher na sociedade, tendo já na primeira década do século XX, o primeiro movimento organizado só por mulheres, denominado de *Partido Republicano Feminino (PRF)*. Segundo Mônica Karawejczyk, tal movimento foi fundado em 1910, com liderança da baiana Leolinda de Figueireiro Daltro, mobilizando o público feminino na luta pelo direito ao voto. (KARAWEJCZYK, 2013)

O partido criado por Leolinda, por manter suas reivindicações voltadas para o pleno exercício das mulheres enquanto cidadãs, alcançou certa visibilidade, e, por conseguinte, alocou o assunto do sufrágio em pauta novamente, o que não acontecera desde 1891, com a promulgação da Nova Constituinte. (KARAWEJCZYK, 2013)

A militante Leolinda Daltro, esteve relacionada às *suffragettes* inglesas, ocasionando-lhe a má reputação das mesmas, uma vez que as *suffragettes* eram tachadas de “baderneiras”. Em consequência, Leolinda passou a sofrer constantes campanhas difamatórias, o que levou ao seu abafamento. O mesmo não ocorreu com Bertha Lutz, pelo contrário, ela obteve o papel de pioneira referente às manifestações feministas. (KARAWEJCZYK, 2013).

Nesse sentido, o feminismo relacionado à Bertha Lutz ficou conhecido como “bom feminismo”. De acordo com Karawejczyk, “[...] ela enfatizava o papel da mulher

no meio familiar, pontuando que se deveria permanecer intacto na sua missão de esposa e mãe de família”. (2013, p. 167).

No ano de 1920, Bertha Lutz fundou a Liga para a Emancipação da Mulher (de acordo com Mônica Karawejczyk, essa data varia para 1919 em algumas bibliografias), passando a ser denominada de Federação Brasileira para o Progresso (FBPF) em 1922. Essa campanha apresentou importante papel na conquista do direito ao voto as mulheres. Segundo Céli Pinto:

[...] tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (2010, p. 16).

A conjuntura política do país na data de 1920 foi propícia para que Bertha Lutz fundasse a Federação Brasileira para o Progresso (FBPF), uma vez que estava ocorrendo um período de efervescência social, como situa Bandeira e Melo (2010, p. 16): “fundava-se o Partido Comunista Brasileiro, realizou-se a Semana de Arte Moderna, as revoltas militares, a Coluna Prestes, intensificando-se a presença dos segmentos médios na sociedade”.

Os movimentos pautados em organizações femininas, como o caso da (PRF) de Leolinda Daltro e da (FBPF) liderada por Bertha Lutz, além do posicionamento da imprensa feminista, foram cruciais para a conquista do voto em 1932. Tais movimentos possuíram visibilidade na imprensa e coincidiram com a luta pelo sufrágio na Inglaterra. Destarte, desencadearam a atenção do público e pressionaram os detentores do poder. (2007, KARAWEJCZYK).

Mesmo diante das reivindicações femininas e de suas contribuições, esse primeiro período do movimento feminista no Brasil obteve um caráter conservador, pois mantinha princípios liberais, como o caso da (FBPF)⁷. Logo, a luta se dava pelo reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs, mas não alterava a forma como eram vistas em relação às ideias que alocavam a mulher ao papel materno e de doméstica, muitas vezes realçando tais papéis. (COSTA; SARDENBERG, 2008).

⁷ A FBPF esteve ligada as diretrizes do feminismo burguês, portanto, não denominava o contexto da sociedade patriarcal e capitalista como fator preponderante para as problemáticas referente ao atrasado das mulheres, pelo contrário, acreditava que o avanço das mulheres estava ligado ao progresso do capitalismo. Nesse sentido, não questionavam as relações de produções que imperavam. (COSTA, 2014).

Tal conquista esteve vinculada ao contexto político constituído pelo governo de Getúlio Vargas, do qual foi marcado pelo populismo, sendo desenvolvidas medidas sociais, como o caso do voto as mulheres, pelo Decreto n°. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, dando origem ao Código Eleitoral Brasileiro sem distinção de sexo⁸, e a criação do Ministério do Trabalho, com a garantia do salário mínimo. (COSTA, SARDENBERG, 2008).

Com a conquista do voto, algumas mulheres passaram a constituir o corpo de eleitores, inclusive como candidatas. Ademais, essas conquistas decorrentes do voto não foram sinônimos de avanços em outras questões sociais, pelo contrário, com o período do Estado Novo⁹ de 1937 a 1945, houve a criação do Decreto 3199/1941¹⁰, constituído com o fim de vedar a prática feminina de determinados esportes considerados masculinos, como situam Bandeira e Melo (2010, p. 20), foram proibidos: “luta de qualquer natureza, futebol de salão, futebol de praia, pólo, pólo aquático, halterofilismo e beisebol”.

Contudo, nesse período que constituiu o Estado Novo as mulheres desempenharam um papel importante na redemocratização¹¹ do país, pois de acordo com Bandeira e Melo com o começo da redemocratização no período de 1943/45:

[...] as mulheres vão as ruas para defender a entrada do Brasil na guerra contra o totalitarismo nazi-fascista, lutam pela anistia dos presos políticos brasileiros, presos desde a Intentona Comunista (1935) e durante aqueles anos do Estado-Novo. Terminada a segunda guerra mundial os ventos da liberdade varrem o mundo e a democracia brasileira é restaurada. (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 21)

A esse período de redemocratização, o movimento operário ao qual algumas mulheres estavam ligadas, assim como as organizações femininas, passaram a constituir o cenário brasileiro do Rio de Janeiro e São Paulo. Estava presente também a participação das mulheres na reorganização dos partidos políticos, como o exemplo do

⁸ Publicação Original do Decreto n° 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹ O Estado Novo foi responsável pela restrição da liberdade através de um golpe militar, pela dissolução do Congresso Nacional, e de partidos políticos, como o caso do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (BANDEIRA; MELO, 2010).

¹⁰ Decreto-Lei n°3.199, de 14 de Abril de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm

¹¹ Mesmo com a participação das mulheres na política, tendo inclusive sido algumas poucas elegidas como deputadas federais/estaduais, prefeitas, e também pela participação na redemocratização do país, não significou a ampliação das mulheres no que concerne o cenário político partidário.

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Segundo Bandeira e Melo, com a eleição de deputados para a “Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e para as eleições estaduais de 1947; foi eleita uma mulher deputada estadual em São Paulo, Zuleika Alambert”. (2010, p. 21)

Como pode ser notada anteriormente em “Feminismos em uma perspectiva histórica”, a década de 1960 no Brasil em comparação com os movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa nesse mesmo período, esteve permeada por uma rigorosa censura e repressão caracterizada pela ditadura militar, além da luta pelo básico como o acesso a “água, luz e esgoto”, diferenciando, portanto, do contexto europeu e estadunidense que passava por uma efervescência dos movimentos sociais e culturais, e no questionamento dos valores correspondentes a sociedade industrial. (ZERBEL, 2007, p. 42)

No entanto, a conjuntura brasileira também passava por expressivas transformações decorrentes da década de 1950 e 1960, como pontua Zirbel (2007, p. 34): “A participação feminina no trabalho, nas universidades e na vida social crescera consideravelmente. O movimento *hippie*, a mini-saia e a pílula anticoncepcional revolucionavam o cotidiano e os costumes”.

Outro ponto importante a ser situado no contexto brasileiro é a distinção e a relação entre os *movimentos de mulheres* e o *movimento feminista*. Dado que, antes e depois da década de 1970 a contestação feminina contra a exclusão nas diferentes esferas do social esteve caracterizada pelo movimento de mulheres, sendo ele associado ao movimento feminista, porém, constituindo suas próprias especificidades. Logo, o movimento de mulheres – diferentemente do movimento feminista - não buscou alterar as opressões estruturais que as envolviam, como a questão da naturalização da mulher no espaço privado, mas, buscou por meio de tal *condição de dona-de-casa* interceder no mundo público. (PINTO, 2003, p. 43)

Essa distância entre os dois movimentos passou a diminuir de acordo com a aproximação do primeiro para com o movimento feminista, sendo que, ele contribuía muitas vezes para a luta do movimento de mulheres e para o seu questionamento em relação à condição feminina. (PINTO, 2003)

Como situa Celi Pinto (2003, p. 45), o feminismo no Brasil, nasceu de um paradoxo, à medida “que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil”, sendo o feminismo caracterizado como um movimento *pequeno-burguês* pelos

integrantes dessa mesma luta contra a repressão militar, tendo, inclusive, Heleieth Saffioti¹² compartilhado da mesma perspectiva sobre o movimento feminista, principalmente pelas sufragistas e pelas mulheres de classe média. (ZERBEL, 2007). Segundo Sarti:

Na busca de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro, como argumentou Moraes, enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por esta via, também a psicanálise como sua referência. (MORAES, 1996, apud, 2001, p. 34)

Nessa perspectiva, o movimento feminista possuiu fortes críticas tanto da direita quanto da esquerda, além de coexistir na luta das mulheres que se autodenominavam feministas a conotação de anti-femininas. Porém, mesmo diante das constantes deturpações, nesse período as feministas já declaravam a importância de se lutar por problemas que competiam especificamente às mulheres (nesse momento ainda não se falava em gênero), apresentando que apenas mudanças estruturais não resolveriam os problemas concernentes as opressões. (SARTI, 2001) Zirbel contextualiza esse período de conturbação das pautas feministas com a esquerda brasileira:

Anette Goldberg (1996) argumenta que a esquerda brasileira emitia uma opinião negativa sobre o feminismo antes mesmo de sua organização na esfera pública. Entendido como um “estrangeirismo”, “alheio aos verdadeiros problemas brasileiros, não refletindo nada mais do que as angústias de lésbicas e/ou burguesas sexualmente frustradas”, o feminismo era inaceitável. Além disso, “nas questões de moral e comportamento, a esquerda era conservadora. As mudanças de comportamento nem sempre eram recebidas como avanço, mas como retrocesso, sintomas da decadência da burguesia” (Colling, 1997, p. 33). Neste quadro, alguns dos temas feministas, como a sexualidade, era mal interpretado e entendido como desviante das questões consideradas centrais. (2007, p. 73)

Isto posto, a década de 1970 esteve ligada a um período de transição do *feminismo bem comportado* representado pela Bertha Lutz, para o então feminismo *mal comportado* que buscava o questionamento dos assuntos antes considerados inviáveis para a reputação da mulher no que concerne o seu tradicional papel na família, deste

¹² Entretanto, Saffioti não deslegitimava as transformações positivas que o movimento feminista proporcionou para as mulheres, mas mencionava a necessidade do vínculo do movimento com as lutas de classe na busca por uma mudança social como um todo. (ZIRBEL, 2007)

modo, passou a ser tratados assuntos considerados tabus. (PINTO, 2003) Essa década foi apontada como o momento de reorganização do movimento feminista, pois tinha como abordagem questões em torno das vivências femininas, apresentando algumas características dos feminismos dos Estados Unidos e da Europa. (SOARES, 2006)

Nesse sentido, o ano de 1970 foi palco dos primeiros grupos¹³ de reflexões feministas que aconteceram por todo o país. Tais reuniões não eram permitidas publicamente, desta forma, “grupos informais de mulheres, unidas por amizade ou afinidades intelectuais e políticas, passaram a se reunir no âmbito do privado para discutir seus problemas e a situação do país”. (ZIRBEL, 2007, p. 45) Tendo muitas vezes sido taxados por companheiros e companheiras da esquerda de dividir a luta política, abandonando a luta de classes.

A importância desse grupo para a vivência das mulheres se dava pela liberdade em expor suas experiências, principalmente por não ter como membros do grupo homens, o que proporcionava a desenvoltura e o ambiente mais confortável para a exposição de seus medos, dificuldades, frustrações que não decorriam de problemas isolados, mas que competiam a outras mulheres também. (ZIRBEL, 2007)

Houve nesse período a existência de duas distintas tendências do movimento feminista, sendo a primeira voltada para a atuação pública, como as questões relativas ao contexto político e do trabalho, sendo ela atuante também no processo de redemocratização da década de 1980, e a segunda buscava como dito acima, questões relacionadas à subjetividade, com destaque na sexualidade e prazer, que se dava por meio dos grupos de reflexão e estudos. (SARTI, 2001).

Mesmo com a presente atuação das feministas em diferentes esferas da sociedade, tanto pública quanto privada, elas estiveram diante das esferas conservadoras expostas a constantes deturpações e estereotipações de todo o tipo, principalmente com o reforço da mídia caracterizada pela imprensa¹⁴, sendo “descritas como “viragos”, “sapatões”, “pesadas como elefantes” (gordas), perigosas, mal amadas e feias, o oposto do ideal feminino “constantemente reatualizado, de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação,” (ZIRBEL, 2007, p. 50; Soihet, 2001, p. 25)

¹³ Em São Paulo no ano de 1972 ocorreu o primeiro grupo com duração até o ano de 1975. A composição do grupo continha intelectuais de esquerda que haviam morado nos Estados Unidos e na Europa, e, portanto, trouxeram de lá as características dos movimentos feministas. (PINTO, 2003)

¹⁴ Uma das revistas que mais satirizaram o movimento feminista foi a *Pasquim*, tendo suas publicações semanalmente no ano de 1970.

De acordo com Zirbel (2007, p.62) em 1975 foi apresentado o *Manifesto das Mulheres Negras* durante o Congresso Brasileiro de Mulheres do Rio de Janeiro, marcado como “o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro” (Caldwell, *apud* Moreira, 2006). Esse manifesto pontuou as especificidades das experiências relativas à vivência das mulheres negras, e destacou a dupla opressão do qual as mulheres negras sofrem, sendo a questão da dominância racial e sexual.

A questão da discriminação racial ganhava espaço pelo país e muitos grupos negros se organizaram. Em 1975 foi realizada em São Paulo a Semana do Negro na Arte e na Cultura e foi criado o Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra (Cecan), a Associação Cristã Beneficente, o Movimento Teatral Cultural Negro, o Grupo de Teatro Evolução, a Associação Cultural e Recreativa Brasil Jovem, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEA), a Federação das Entidades Afro-brasileiras do Estado de São Paulo e no Rio de Janeiro são criados o Grupo Negro Latino-Americano, o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), a Escola de Samba Gran Quilombo e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. (ZIRBEL, 2007, p. 62)

Em referência a sexualidade, esse período foi demarcado por perseguição do governo militar, tendo as obras de Rose Marie Muraro “*A liberação sexual da Mulher e A Mulher na Construção do Mundo Futuro*” censuradas pela Lei Falcão, inclusive queimados pela Ordem Política e Social do governo (DOPS). (ZIRBEL, 2007)

No dia 8 de março de 1975, a abordagem sobre o assunto referente à homossexualidade feminina tornou-se pauta da primeira manifestação pública do dia Internacional da mulher, causando inquietação nas pessoas presentes no ato. (ZIRBEL, 2007)

Já na década de 1980 os rumos dos feminismos foram outros, diante do processo de redemocratização as feministas se dividiram entre as que buscavam a institucionalização e as que lutavam de forma autônoma e viam nas primeiras o presumir da cooptação do movimento feminista. (PINTO, 2003)

A partir da segunda metade do século XX, as mulheres foram conquistando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho, porém, devido ao legado escravocrata, onde as mulheres, principalmente as mulheres negras, estiveram frequentemente sobre o domínio masculino, tendo seus corpos violados, submetidas às ordens masculinas e a moral cristã, essa violência perdurou especialmente no *interior da sociedade conjugal* dos anos de 1980. (PINTO, 2003)

Em decorrência dessa violência institucionalizada, os movimentos feministas passaram, principalmente a partir da década de 1980, a debater sobre tais questões que envolviam violência contra a mulher, criando instituições de enfrentamento a diferentes formas de violência que as mulheres estavam submetidas cotidianamente.

Essa nova forma de militância feminista passa a ter uma organização de cunho profissional, como por exemplo, as organizações em apoio às vítimas de violência, com prestações de serviço na área da saúde e jurídica. Estendendo-se por toda a década de 1980 e, encontrando em 1990 um espaço ainda mais seguro e preponderante para a legitimação das organizações, sendo este, “o feminismo profissionalizado das organizações não-governamentais (ONGs).

Em relação à questão da saúde, as preocupações das feministas encontrava-se em assuntos como maternidade, prevenção ao câncer, e questões que desencadearam preconceitos e polêmicas, como o aborto, sexualidade e planejamento familiar. (PINTO, 2003)

Como pode ser notado, a partir da autonomia dos feminismos, o mesmo passou a buscar a institucionalização como meio de aporte para suas lutas, tanto na questão da saúde como da violência frequentemente perpetradas as mulheres. Segundo Zirbel (2007, p.83) a identificação com o Estado se deu mediante a necessidade de um apoio que caracterizasse “a concretização material e simbólica do poder político central, aquele que sintetiza, globaliza as relações de exclusão, dando uma dimensão institucional e um aporte de generalidade ao conjunto da sociedade”.

No que diz respeito ao impacto do feminismo no universo acadêmico o mesmo aconteceu, as mulheres passaram a constituir as universidades e os preâmbulos científicos como estratégia de reconhecimento para poder, desta forma, consolidar suas pesquisas relacionadas às mulheres, o que denotou em sua formulação inicial um caráter menos contestatório sobre a estrutura científica alicerçada no androcêntrismo, mas isso se deu em detrimento da necessidade de financiamentos.

Nesse sentido, em relação à inserção das mulheres nas universidades, a sua ocorrência se deu após séculos de exclusão, sendo efetuado especificamente no final de 1960 e 1970. Esse processo de luta das mulheres decorreu, como visto acima, por intermédio muitas vezes de jornais, revistas, palestras entre outros formas de reivindicações apresentadas pelas mulheres pertencentes a camadas intelectualizadas, colaborando na fomentação de transformações na esfera educacional referente à visibilidade das mulheres, e, portanto, a inclusão na academia. (PINTO, 2003)

Porém, por ser o feminismo um movimento que começou a partir de mulheres engajadas nos círculos letrados, muitas vezes correspondendo à elite brasileira, acabou não possuindo sua base em um movimento popular. De acordo com Céli Pinto:

A chegada até as camadas populares ocorre ao longo de sua história como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural de seu desenvolvimento. De forma distinta, ocorreu com muita facilidade a aproximação com o mundo da cultura erudita, mais especificamente com a universidade. (2003, p.85)

Até mesmo as produções (projeto de pesquisa, dissertação, teses, entre outros) referentes à temática das mulheres foram mais concentradas do que a de outros movimentos como o negro, dos indígenas e dos sem-terra. Tendo como primeiro texto acadêmico com produção voltada para assuntos concernentes às mulheres “a tese de livre docência defendida em 1967 por Heleieth Saffioti, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, orientada por Florestan Fernandes e publicada como livro em 1969, como prefácio de Antônio Candido de Mello e Souza”. (PINTO, 2003, p. 86)

Além desses espaços de produções de pesquisa sobre as mulheres, estiveram presentes também as associações nacionais, sendo elas a “Anpocs (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais); Anped (Associação Nacional de Pesquisa em Educação); Anpol (Associação Nacional de Pesquisa em Letras)”. (PINTO, 2003, p. 87)

A Anpocs, que reúne as três grandes áreas das ciências sociais, antropologia, ciência política e sociologia, criou seu primeiro grupo sobre a questão, dedicando ao debate sobre a mulher e o trabalho, em 1979. Logo surgiu um segundo grupo, que analisava a relação da mulher com a política. No fim da década de 1980, esses dois grupos uniram e fundaram o Grupo de Trabalho Relações Sociais de Gênero. Quase 20 anos depois, em 1998, a proposta do grupo de trabalho de estudos de gênero não foi mais aceita pelo comitê acadêmico da associação. (PINTO, 2003, p. 87)

Esses espaços, como no caso da Anpocs, estiveram permeados por conflitos, à medida que havia resistência do campo das ciências sociais em relação aos estudos relacionados às mulheres, uma vez que o mesmo era avaliado como sendo falho no que se refere à neutralidade e objetividade¹⁵, sendo ela uma premissa básica da ciência, ou

¹⁵ A neutralidade e objetividade fazem parte das premissas básicas da ciência, acarretando na contestação dos estudos feministas e de gênero, exatamente pelos mesmos romperem com essa lógica, atribuindo a militância, ou seja, a ação política à produção científica. Ou seja, a ciência sendo androcêntrica, sexista e racista, por si só, baseada na ideia de uma neutralidade e objetividade, mantém as desigualdades de gênero. Além do que, não se pode pensar em uma ciência neutra se as mulheres estiveram excluídas da

pelo questionamento das militantes relacionadas ao Movimento de Mulheres que cobravam dedicação política. (ZIRBEL, 2007) De acordo com Louro:

Se admitimos como padrão de ciência – e então de pesquisa, como meio de fazer ciência – uma ação regida por paradigmas teóricos e por ordenados procedimentos metodológicos, caracterizada pela atitude desinteressada, objetiva, isenta; e se, ao mesmo tempo, entendemos que o feminismo implica num posicionamento interessado, comprometido e político, estamos diante de um impasse: ou somos cientistas/pesquisadoras ou somos feministas”. (1997, p. 142)

Nesse sentido, nota-se a incompatibilidade do feminismo com a academia, do qual se efetuou a partir de um cenário conflituoso. Todavia, tal integração com a comunidade acadêmica possibilitou por meio da institucionalização o reconhecimento das produções feministas, contribuindo dessa forma para a produção de categorias críticas de análise. (ZIBERL, 2007)

No entanto, o ingresso no mundo acadêmico não proporcionou a exclusão de problemáticas de viés sexistas para as mulheres, pelo contrário, houve muitas discriminações, participações díspares no desempenho do poder acadêmico. De acordo com Céli Pinto (2003, p. 88), os estudos das mulheres em sua grande parte “não se institucionalizaram em cursos, departamentos, programas de pós-graduação”, levando à criação de núcleos de estudos, pela dificuldade de se adentrar na estrutura das unidades universitárias.

Foram vários os núcleos de estudos sobre as mulheres com começo na década de 1980 e se expandindo até a década de 1990, sendo o primeiro a surgir em 1982 na PUC (Pontifícia Universidade Católica), pela precursora Fanny Tabak com relação aos estudos sobre a mulher no país. Um dos núcleos que se tornou referência ocorreu na Universidade Estadual de Campinas, denominado de Pagu (Núcleo de Estudo de Gênero). (PINTO, 2003)

Nota-se que os estudos feministas passaram a ser inseridos em um campo conflituoso, contudo, essa inserção acarretou na criação de um novo campo de pesquisa, e que foi se modificando e abarcando categorias mais plurais, não se falando apenas em uma condição feminina, mas várias.

história, traduzindo nessa ausência, o caráter hegemônico e universalista do conhecimento científico produzido pelo homem. (BANDEIRA, 2008).

Será, portanto, a partir dos anos de 1990 que os estudos de gênero ganham tal dimensão no Brasil, alargando o sujeito mulher para mulheres, ou seja, com o desenvolvimento dos feminismos, passou-se a questionar a universalidade do conceito de mulher, abrangendo questões raciais também. O que segundo Mariza Corrêa:

É claro que em relação à questão racial havia uma cegueira estrutural na sociedade brasileira, e a relação “raça e gênero” só começa a se tornar teoricamente relevante a partir da leitura dos textos de autoras norte-americanas, elas sim questionadas pelo feminismo das mulheres negras. (2001, p. 14)

De acordo com Veras Soares, o movimento feminista dos anos 90 constitui um amplo espaço para um crescente número de diferentes mulheres, abarcando as pobres, lésbicas, negras, entre outras, “incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares”. (SOARES, 1994, p. 46)

Conforme Scavone (2008, p. 178), “questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos”, nesse sentido, as preocupações dos movimentos feministas no Brasil, estiveram voltadas para questões como a política, saúde, violência, família, a questão de gênero no trabalho, entre outros, denotando que essas demandas possuíram um *olhar de gênero*. Esse olhar foi propulsor no que diz respeito à visibilidade das “relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural”.

Além dessa pluralidade proporcionada pelo desenvolvimento do movimento feminista, houve também o conflito no meio acadêmico à medida que se constituía “o uso de conceitos teóricos como gênero, desconstrução e diferença, sobre as diversas intersecções do gênero, sobre as relações das pesquisas brasileiras com as suas congêneres em outros países, etc”. (ZIRBEL, 2007, p. 145)

3. CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS FEMININAS E DE GÊNERO À SOCIOLOGIA

Desde a segunda metade do século XX, a sociologia e a teoria social no ocidente vêm apresentando modificações em suas formulações, trazendo novas revisões e releitura de seus cânones, tendo como parte dessa mudança, o surgimento dos movimentos sociais. (MARIANO, 2007) Sendo assim, através da presença dos novos atores sociais, como no caso das mulheres, minorias étnicas, gays, lésbicas, entre outros, é que o campo epistemológico das ciências sociais passa a configurar mudanças em seus debates enquanto “classe” e “sujeitos sociais”. (ADELMAN, 2016) Em relação à questão da classe, Adelman explica sua mudança:

[...] o discurso sociológico, mesmo nas suas vertentes mais críticas e historicizadas, perdeu poder explicativo exatamente por seu apego a um tipo exclusivo de ator social, definido por sua posição (e “consciência”) de classe, que resultou insustentável frente aos novos conflitos da época, durante a qual os sujeitos políticos se identificavam em termos de geração, gênero, raça, orientação sexual, posição frente ao “projeto tecnocrático” da sociedade de massas etc. (2016, p.128)

Nesse sentido, esse espaço caracterizado pelas mudanças no caráter funcionalista da sociologia teve como parte importante na sua concretização, sujeitos marginalizados que conquistaram espaços por meio da atuação política a partir da década de 60. Em coerência com essa perspectiva, Miriam Adelman pontua que “parece haver um certo consenso no reconhecimento das mudanças significativas nas ciências sociais – e, mais especificamente, na sociologia acadêmica – no final da década de 60” (LEMERTE, 1981, CRAIB, 1984, GIDENS, 1995, DOMINGUES, 2001, apud, 2016, p. 130)

No entanto, pode-se notar que muito antes de emergir os estudos de gênero no pós-68, autoras abriram caminho para a construção de um novo campo de estudos, como o caso da socióloga Madeleine Guilbert, em 1946, tendo ela abordado em seus estudos a investigação do trabalho das mulheres, e também, na contribuição da antropóloga Margaret Mead que já abordava as construções referentes aos papéis de gêneros, porém, sem utilizar o conceito em si, entre outras autoras, inclusive já mencionadas anteriormente. (SCAVONE, 2008)

Percebe-se, no entanto, que é através de um engajamento crítico vinculado a ação política que se dá o processo de construção de uma sociologia feminista, pois, como situa Scavone (2008, p. 174), “teoria e ação política se retroalimentam”.

Falar em uma *sociologia feminista* é considerar que estamos tratando de uma sociologia que faz uso das teorias feministas ou de uma ciência que é capaz de dialogar com essas teorias e considerar suas diversas matrizes teóricas. É, também, dizer que estamos tratando com as teorias feministas que dialogam com as Ciências Humanas e com a Filosofia, com as Ciências Exatas e Biológicas. *Teoria feminista* que, de acordo com Flax, tem como “propósito fundamental [...] analisar como nós pensamos, ou não pensamos, ou evitamos pensar sobre gênero”. E, também que, afora as inúmeras questões e abordagens que essa teoria pôde construir sobre gênero, ela repousa na evidência de que seu “mais importante avanço isolado [...] consiste em ter problematizado a existência das relações de gênero”; gênero este que, depois dessa problematização, não pode mais ser “tratado como fato simples e natural (SCAVONE, 2008, p. 174)

Previamente já foi referido que os estudos feministas trouxeram contribuições à ciência por meio de seus questionamentos quanto ao caráter androcêntrico da mesma, portanto, esse subsídio dos estudos feministas, resultou em novas abordagens como as discussões a respeito da não-neutralidade e o engajamento político alargando o campo de produção, inclusive, de conhecimento das Ciências Sociais, e em particular da Sociologia, tendo ela partido similarmente de conceitos baseados na questão da objetividade e de suas implicações na elaboração do conhecimento científico em relação ao sujeito-objeto. (SCAVONE, 2008)

Nesse sentido, é elementar discorrer sobre o surgimento da sociologia, comportando no início de sua formação o resultado de suas novas abordagens sociais oriundas dos processos da sociedade moderna, como a urbanização e a industrialização, tendo como influência “histórica e epistemológica”, de acordo com Mariano (2007, p. 5), fatores como a “dupla revolução do século XVIII”, e “as mudanças nas formas de pensamento”. Em uma configuração melhor exemplificada, Mariano contextualiza que:

A Sociologia é uma forma de conhecimento que se desenvolveu juntamente com a sociedade moderna ocidental, de modo que esta ciência e a modernidade constituíram-se mutuamente. As transformações ocorridas na sociedade, sobretudo no século XIX, em decorrência das Revoluções Industrial e Francesa, colocavam a sociedade como “problema” de análise e explicação e demandavam a formação de uma nova ciência que explicasse as novas condições sociais e seu processo de mudança (2007, p.4)

À vista disso, essa nova perspectiva da sociologia, surge mediante ao desenvolvimento dos ideais iluministas¹⁶, cujo desenvolvimento se deu através do racionalismo. “Esse processo produziu a racionalização da vida social, ao mesmo tempo, a Sociologia, como produto desta racionalização, também contribuiu para produzi-la”. (MARIANO, 2007, p.5)

Há muitos outros fatores correspondentes ao pensamento sociológico clássico para serem pontuados, porém, esse trabalho atentará para as perspectivas relacionadas à invisibilidade dada aos grupos marginalizados pela produção de conhecimento sociológico praticada atualmente, em específico, pela deficiência conferida a participação das mulheres no conhecimento científico e de suas abordagens epistemológicas. (MARIANO, 2007)

Um desses exemplos que decorrem dessa deficiência imputada aos estudos feministas e de gênero pelo campo da sociologia ocorre por meio da ausência de referenciais bibliográficos femininos utilizados nas universidades, indicando que ainda hoje há resistência no reconhecimento das contribuições femininas no saber científico. (MARIANO, 2007)

De acordo com Mariano (2007), é perceptível o descrédito dado aos estudos feministas, quando se tem maior reconhecimento de obras no âmbito da sociologia destinado às relações de subalternização das mulheres na sociedade produzidos por autores masculinos, em comparação com teóricas feministas, como no caso de Pierre Bourdieu e seu conceito de dominação masculina.

No entanto, como vem sendo explanado nessa pesquisa, a abordagem dos estudos feministas enquanto espaço de contestação critica essa omissão arrogada pela sociologia às mulheres, reivindicando e produzindo conhecimento com transformações aos paradigmas excludentes dessa herança iluminista ainda presente em seus ditames.

Outro exemplo de invisibilidade de produções femininas pela *sociologia dominante*, segundo Scavone (2008, p.183) é a ausência de reconhecimento à produção da socióloga Christine Delphy, que possui “dois importantes trabalhos sobre a história

¹⁶ O Iluminismo foi uma época em que a sociedade europeia estava passando por um processo de reconstrução em que pregava que todos os homens eram iguais por natureza, porém, não é o que acontecia com muitos homens, e principalmente com as mulheres. Conforme Schiebinger (2001, p.142): “No século XVII e cada vez mais no XVIII, a sociedade europeia divergiu política e economicamente em duas esferas separadas: a esfera pública do governo e das profissões e a esfera privada da família e do lar. Os homens (da elite e da classe-média) encontraram seu lugar "natural" na esfera pública, enquanto as mulheres dessas classes tornaram-se mães recém-habilitadas dentro do lar”.

da sociologia da família na França”, sendo inclusive reconhecida internacionalmente devido a sua contribuição a esse campo.

Desta forma, ainda sobre Pierre Bourdieu, segundo Scavone, várias críticas foram feitas ao sociólogo devido à “aplicação de sua teoria a um objeto cujo desenvolvimento teórico já estava muito mais avançado do que o construído por seu *campo* analítico”. (2008, p.182) Estiveram vinculadas outras críticas a esse autor, a exemplo de sua pretensão em estabelecer caminhos para o movimento feminista, entre outros movimentos sociais, negando o curso histórico político de tais movimentos, além de críticas referentes à teoria da dominação masculina, que segundo Scavone:

[...] refere-se ao pressuposto da ‘incorporação’ e da ‘aceitação’ que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como *Habitus*, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação. (2008, p.182)

Outra problemática apontada por Mariano (2007, p.10), está relacionada à negligência dada aos estudos de gênero (sendo ele constitutivo dos estudos feministas), isolando-o “como uma área temática especializada e não como categoria analítica que oferece contribuições para a reflexão sociológica em torno de várias questões, não apenas os estudos sobre as mulheres”. De acordo com Mariano:

[...] os estudos feministas e de gênero são, por definição, um campo de conhecimento multidisciplinar e transdisciplinar, acumulando contribuições de inúmeras tradições disciplinares. Essa característica, por vezes, enfrenta dificuldades junto a pesquisadores e pesquisadoras mais habituados aos rigores das divisões disciplinares. Isso também contribui para explicar certas dificuldades para a incorporação desses estudos e teorias nas grades curriculares dos cursos de sociologia ou ciências sociais e nos programas das disciplinas ofertadas em nossas universidades. (2007, p.18)

Esse caráter ilustrativo dado aos estudos feministas e de gênero pela sociologia, similarmente aparece em autores sociólogos da geração *pós-68* como, Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Alain Touraine, entre outros. Segundo Miriam Adelman, há uma “tendência muito lenta e parcial das preocupações e/ou categorias feministas” na representação de suas teorias. (2016, p.135) Contudo, segundo Mariano (2007, p.12), “ao longo da década de 1990, Giddens foi incorporando com maior precisão o uso da

categoria gênero, embora nem sempre ela seja levada em consideração em sua análise, conforme constata Miriam Adelman (2016)”.

Verifica-se, desta maneira, que mesmo com as rupturas desenvolvidas por esses autores no que concerne a desconstrução da *tradicional dicotomia indivíduo x sociedade* (SCAVONE, 2008, p.175), ainda assim possuíam suas limitações referentes aos estudos feministas e aos estudos de gênero.

Essas limitações concernentes à teoria feminista e de gênero fazem parte de um contexto em que predomina premissas com base na objetividade e neutralidade, entretanto é necessário entender que as teorias tradicionais “nas áreas como sociologia, antropologia, história, psicanálise, literatura e filosofia”, possuíam e possuem “contribuições sociais para se pensar nas relações de gênero”. (2007, p.11)

Por exemplo, os estudos feministas contribuíram para a problematização da naturalização das disparidades entre homens e mulheres, tendo o marxismo papel importante no desenvolvimento de tal crítica, desta forma, proporcionou a atribuição da categoria “gênero” à de “classe social” (MARIANO, 2007, p.11)

A autora Maria Lygia Quartim de Moraes e Heleieth Saffioti contribuiu para a constituição de “três contradições fundamentais que se reforçam mutuamente: gênero, raça/etnia e classe social”. Nesse sentido, Saffioti destacou o marxismo como uma teoria importante para se pensar a questão referente às desigualdades de gênero e raciais (sendo essa uma limitação do marxismo), estabelecendo, portanto, a articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo, do qual ela assimila como uma “realidade contraditória”, “também regida por uma lógica igualmente contraditória” (MARIANO, 2007, p.11, apud, Saffioti, 2000:73)

Encontramos também na contribuição de críticas e atribuições de categorias como o gênero para a análise das relações sociais, a antropóloga Gayle Rubin em sua obra *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* publicada em 1975. Segundo Scavone:

Rubin procurou responder teoricamente à recorrência *da opressão e subordinação social das mulheres* com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a idéia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de *sistemas de sexo/gênero*. (2008, p.179)

Há várias autoras que contribuíram e contribuem para novas perspectivas em relação aos cânones da sociologia, um exemplo é a Joan Scott - já mencionada anteriormente no presente trabalho -, e sua colaboração juntamente com Michel Foucault e Gilles Deleuze na crítica do sujeito universal presente nos ideais iluministas, sendo analisado por ela como “características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina”. (SCAVONE, 2008, p.179-180) Em relação à categoria gênero proposta por Scott por meio de uma análise histórica, em consequência, para as Ciências Sociais, Scavone pontua que:

[...] pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. (2008, p.180)

Observa-se que, os estudos feministas foi além das críticas conferidas ao sexismo presente na ciência, mas buscou contribuir também com novas formulações, e perspectivas de conhecimento, modificando desta forma, as estruturas não apenas dos cânones da sociologia (entre outros diversos campos de produção do conhecimento), mas buscando uma modificação da realidade, da posição das mulheres em sociedade. Segundo Scavone:

Ao buscar a relação entre a natureza e a cultura, o particular e o universal, a razão e a emoção, enfim, entre o indivíduo e a sociedade, essa sociologia estaria contribuindo não só para a construção de novos conhecimentos científicos, mas também para uma sociedade com caminhos abertos para as práticas de liberdade. (2008, p. 183)

Outro ponto importante no esclarecimento dos estudos feministas e de suas críticas ao caráter androcêntrico da sociologia, é que por mais que esses estudos tenham na produção quantidades maiores de mulheres - principalmente pela associação entre a ação política e o campo científico -, de acordo com Mariano (2007, p. 15), não cabe apenas à mulher estabelecer uma análise sociológica *sobre a dominação de gênero*, qualquer pessoa pode contribuir para essa área, constando que, há uma constituição múltipla de mulheres caracterizadas por critérios de classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, entre outros, o que “não implica em adotar certo binarismo para compreender a produção científica de homens e de mulheres”.

O pensamento androcêntrico, que produz pontos cegos sobre as relações de gênero pode orientar tanto análises de homens como de mulheres. Isto é, uma visão “masculinista” não é, certamente, exclusividade de homens; da mesma forma, no campo político não temos homem e mulher, mas uma multiplicidade de formas de ser homem e de ser mulher, o mesmo ocorre na ciência e na Sociologia, tomada em particular. Desse modo, a disputa entre teorias no âmbito da Sociologia e de outras áreas disciplinares de conhecimento não é travada entre mulheres e homens, ou entre identidades essencializadas, mas entre os feminismos e os androcentrismos, ambos com sujeitos contingentes. (MARIANO, 2007, p. 16)

Aparentemente a sociologia se apresenta como neutra, sendo ela permeada pela produção de homens que versam teorias sobre a humanidade como um todo. Seguindo essa lógica, “jamais serão suspeitos de produzirem um conhecimento marcado e limitado pela especificidade de seu gênero”. O mesmo não acontece com as mulheres, e não precisa necessariamente ser teóricas feministas, a simples posição de mulher no campo do conhecimento pode colocá-las em uma posição duvidosa, e sem objetividade. (MARIANO, 2007, p. 25)

Outro ponto importante é a existência de certa disparidade entre os estudos feministas e os estudos de gênero, sendo o primeiro apresentado com maior hostilidade na tradição científica, por estar vinculado a ação política (ou seja, militante), sendo visto como limitação até mesmo pela sociologia. (MARIANO, 2007) Deste modo, muitas estudiosas utilizam os *estudos de gênero* ao invés dos *estudos feministas* por considerarem tal noção mais neutra, e, portanto, mais passível de aceitação. Segundo Scavone (2008, p. 180), esse ponto de vista mais neutro, dos estudos de gênero em relação aos “estudos feministas”, “estudos gays e lésbicos”, permite, de acordo com a autora, “continuar os estudos sobre os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino sem referência à opressão do sexo feminino”.

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. [...] Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres [...] Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as

nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. (SCOTT, 1989, p. 6)

Esse assunto contém uma discussão que necessita de uma abordagem mais aprofundada para se entender seus processos que decorrem do final da década de 1960 com a efervescência do movimento feminista, pois, é a partir de tal momento histórico e, conseqüentemente do avanço dos estudos feministas, que emerge o conceito de gênero – antes tratado como estudos sobre as mulheres -, e desta forma, expande o campo de investigação. (Scavone, 2008)

Contudo, essa discussão relacionada ao debate contemporâneo entre os *estudos feministas* e os *estudos de gênero*, possui grande quantidade de ideias de diferentes autoras e autores, sendo impossível para o recorte dado a esse trabalho abranger todas elas. Todavia, mencionarei algumas questões significativas a esses deslocamentos teóricos.

As primeiras formulações da categoria *gênero* desenvolvidas pelos estudos feministas, ocorreu, de acordo com Joan Scott, primeiramente pelas americanas na busca de uma rejeição ao determinismo biológico. A autora situa que

As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado. (1989, p. 3)

Nota-se que, com a efervescência do movimento feminista e pela sua inserção nas produções acadêmicas, acabou levando a constituição dos estudos de gênero, e conseqüentemente, na revisão do pensamento feminista anteriormente pautado em dados sobre “a situação da mulher” (PISCITELLI, 2001, p. 6). Ou seja, conforme pontua Joan Scott: “As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente”. (1989, p. 3)

Devido a um grande número de pesquisas realizadas sobre o conceito de *gênero*, passou-se a constituir em decorrência dessa significativa amplitude, segundo Zirbel

(2007), um campo próprio. A autora Joan Scott abandona a temática da mulher e denomina o gênero a partir de tais relações:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (1989, p. 7)

Desta forma, Joan Scott determinou que gênero e sexo são diferentes, e que gênero se dá a partir das diferenças entre os sujeitos mediante as hierarquias sociais que determinam igualdade e diferença entre os sexos. Logo, essas relações de gênero partem de *símbolos* que são culturalmente construídos, e de *conceitos normativos* que buscam uma oposição binária, e também como algo que está atravessado pela *identidade subjetiva*. (SCOTT, 1989)

Assim como Joan Scott, a filósofa Judith Butler rompe com as primeiras formulações de gênero, não tratando mais a subordinação da mulher como universal. A autora desenvolveu também um novo conceito de análise, com base no *corpo* e nos *atos performáticos*. Nesse sentido, a autora, partindo de uma *pesquisa genealógica*, contribuiu para o questionamento da divisão entre sexo e gênero, alocando o sexo a uma condição cultural. (PISCITELLI, 2001) Ou seja, segundo Piscitelli:

[...] Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como um “dado”. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos. (2001, p.15)

Já em relação aos *atos performáticos*, de acordo com Piscitelli perante a perspectiva de Butler, poderia ser identificado como *gestos* e *atos*, “no sentido em que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios”. (2001, p. 15-16)

Sendo assim, essa reelaboração teórica, feita por algumas autoras e autores contribuíram e também passaram a ser conflituosas para o feminismo na medida em que sua revisão de *gênero* critica a categoria mulher, sendo ela o ponto unificador da ação política feminista.

Assim sendo, a partir da década de 1980 é que se estabeleceram novos questionamentos acerca das produções feministas, como por exemplo, questões como classe, raça/etnia, sexualidade, entre outras diferenças. Como pontua Mariano:

Feministas negras, feministas pobres e feministas lésbicas apontaram os limites das análises feministas que reproduzem o padrão dos pares binários, dessa vez em termos de sexo/gênero. Entre suas conseqüências, elas enunciam o “heterossexismo compulsório”, para usarmos a expressão de Judith Butler (2003), bem como as dificuldades dos feminismos em articular as questões raciais e de classe às questões de gênero. Esse processo conduziu parte dos estudos feministas a privilegiar, na análise, não somente as diferenças entre homens e mulheres – diferenças externas –, como também as diferenças entre as mulheres – diferenças internas. (2007, p. 13)

Mesmo diante de tantas implicações das teorias feministas e de gênero, além dos empecilhos ainda atuais a essas perspectivas teóricas dentro do contexto sociológico, nota-se que apesar dos pesares, a sociologia contemporânea se mostra muito mais flexível do que meados do século XX. Tendo as teorias feministas e de gênero se desenvolvido nos meios acadêmicos, principalmente por influência de suas críticas aos cânones científicos. (MARIANO, 2007)

De acordo com Mariano, mesmo diante de tal resistência, pode-se notar como exemplo específico do Brasil, que passou a existir certo reconhecimento dos estudos feministas em certas áreas de pesquisa:

No caso do Brasil, o crescimento dos estudos sobre temas como reconhecimento, igualdade e diferença têm contribuído para que se traga à cena teóricas feministas como Nancy Fraser, Íris Young e Chantal Mouffe. O XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado recentemente, com a temática geral de “desigualdade, diferença e reconhecimento”, deu grande destaque à proposta teórica de Nancy Fraser em torno da articulação entre política de reconhecimento e política de redistribuição como forma alternativa para a justiça social. (2007, p. 18)

Há também a visibilidade dada a assuntos de implicações sociais sob o prisma de gênero, que acontece devido a um social permeado pela dominação masculina, como o exemplo de estudos que passaram a ser trabalhados pela sociologia, sendo eles “a violência doméstica, sexual, familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o

machismo manifesto e o dissimulado, e o assédio sexual e moral no trabalho” (SCAVONE, 2008, p. 178)

Ademais, de acordo com Mariano (2007, p.20) as teorias feministas buscam um “empenho para revelar a cegueira do gênero nas teorias”, sendo essa uma das problemáticas da qual será abordada na pesquisa, uma vez que a mesma se constituirá na compreensão das possíveis ligações dos estudos feministas e de gênero com a educação, em específico, dos livros didáticos escolhidos pela Escola Estadual Aracilda Cícero Corrêa Costa situada na cidade de Paranaíba-MS, sendo eles “Sociologia para o ensino médio” e “Sociologia hoje”.

4. QUAL O PAPEL DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO?

A história da disciplina de sociologia nos currículos escolares é intermitente, ou seja, esteve permeada por diferentes resistências que dificultaram e prolongaram a sua institucionalização no ensino médio do país. Sendo, portanto, recente sua obrigatoriedade enquanto disciplina dos três anos do ensino médio, prescrita a partir de 2009 por meio da promulgação da lei nº 11.684 de 2008, aplicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. (GÓES, 2013)

Antes de analisar as implicações e contribuições dos estudos feministas e de gênero nos livros didáticos de sociologia, é importante ressaltar que o processo de implementação da disciplina apresenta um campo novo “menos de um século, reduzida sua presença efetiva à metade desse tempo”, presenciando um contexto histórico bastante fragmentado no âmbito escolar, pois oscilou entre presença e ausência nos currículos em diferentes contextos político do Brasil. Esse cenário freou o desenvolvimento da sociologia, impedindo a formação de professores na área. De acordo com a OCEM (Orientações Curriculares para o Ensino Médio):

[...] não se tem ainda formada uma comunidade de professores de Sociologia no ensino médio, quer em âmbito estadual, regional ou nacional, de modo que o diálogo entre eles tenha produzido consensos a respeito de conteúdos, metodologias, recursos, etc., o que está bastante avançado nas outras disciplinas (2006, p. 103).

Nesse sentido, em decorrência dessa problemática que decorre das objeções dada a sociologia no ensino médio, ou seja, pela sua ausência em grandes períodos, acabou provocando o desinteresse de pesquisadoras e pesquisadores. Segundo a OCEM, “quer no viés sociológico quer no viés pedagógico” (2006, p. 104).

Além da questão da intermitência da sociologia nos currículos escolares, há também interpretações a respeito de sua ausência estar “vinculada a contextos democráticos ou autoritários, respectivamente”. No entanto, a presença nem a ausência da disciplina estiveram avaliadas sempre desta forma, sendo que muitas vezes ela exercia características conservadoras. (OCEM, 2006, p.104)

Entre 1931 e 1942, especialmente após 1937, a Sociologia está presente e é obrigatória no currículo em um período que abrange um governo que começa com esperanças democratizantes e logo se tingem

de autoritarismo, assumindo sua vocação ditatorial mais adiante. Em outro momento, em plena democracia, o sentido do veto do Presidente da República (2001) à inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória traz uma certa dificuldade para essa hipótese. O que se entende é que nem sempre a Sociologia teve um caráter crítico e transformador, funcionando muitas vezes como um discurso conservador, integrador e até cívico – como aparece nos primeiros manuais da disciplina. (OCEM, 2006, p. 105)

No entanto, a sociologia, conforme a OCEM, vem contribuindo na formação crítica das alunas e alunos do ensino médio, e mais, proporcionando a mudança na concepção de ver o mundo. Seguindo essa lógica, a sociologia tem a faculdade de “reconstrução e desconstrução de modos de pensar” (2006, p.105, apud, WEBER, 1983). Em vista disso, tal papel crítico desenvolvido pela disciplina de Sociologia correlaciona-se a atual tramitação de uma Medida Provisória nº 746, de 22/09/16¹⁷, que visa uma reforma do ensino médio, assim como aconteceu com o Decreto n.º 4.244 de 09 de abril de 1942 que se constituiu pela reforma de Gustavo Capanema pelo governo de Getúlio Vargas, uma vez que foi retirada a obrigatoriedade da disciplina nas escolas de segundo grau (GUELFY, 2007). Agora com o atual governo não legitimado pelo voto popular, novamente a disciplina de Sociologia encontra-se afetada, assim como Filosofia, Artes e Educação Física.

Essa problemática em relação à resistência dada à disciplina de Sociologia também reflete as questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, como o caso dos ataques aos movimentos feministas e ao movimento LGBT, quando há reivindicações, tais como a religião e o parlamento, contrários a inclusão das questões de gênero e sexualidade na escola. Essas vozes sociais ao adotarem uma postura contrária, denominam os estudos de gênero como “Ideologia de Gênero”, alegando que tais estudos influenciam a orientação sexual de alunas e alunos.

Ou seja, a influência religiosa alcança proporções preocupantes quando relacionada à legislação de um país, como aconteceu no ano de 2015, ao ser retirado dos planos de educação em várias regiões do país qualquer menção as questões relacionadas a gênero e sexualidade. De acordo com Murilo Cleto pela Revista Carta Capital:

“Agora são os municípios que, sob forte pressão da bancada conservadora do Congresso e das igrejas, estão excluindo o item dos

17

Disponível

em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=48601-mp-746-ensino-medio-link-pdf&category_slug=setembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso: 04/12/2016.

textos convertidos em projeto de lei. Somente dois dias depois de publicado, o vídeo do deputado Magno Malta (PR-ES) que conclamava a população a pressionar vereadores que admitissem essa "ideologia" teve mais de 50 mil compartilhamentos no Facebook”¹⁸.

Porém, como visto anteriormente, os estudos feministas e de gênero buscam através de suas teorias, desmistificar tais pressupostos, uma vez que demonstram que gênero e sexualidade são construções sociais, e não fixas como apontam o senso comum. Guacira Lopes Louro problematiza essa questão apontando que:

Ao conceber a identidade heterossexual como normal e *natural*, nega-se que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) seja uma *construção social*, que *toda* identidade esteja sempre em processo, portanto nunca acabada, pronta, ou fixa. Pretende-se que as identidades sejam — em algum momento mágico — congeladas (1997, p.139).

Nota-se a partir de tais problemas encontrados no cenário brasileiro que a disciplina de Sociologia vem passando por um período de resistência, principalmente pelo caráter de seus conteúdos, sendo eles muitas vezes visto como “um grande potencial na formação dos jovens” (OCEM, 2006). Nota-se, desta forma, a dificuldade dupla direcionada aos estudos feministas e de gênero, que para além da disciplina de sociologia - uma vez que seu processo de aceitação no âmbito da própria sociologia como visto anteriormente esteve e está permeada por conflitos – encontra um campo hostil em várias esferas da sociedade.

Uma das indagações dessa pesquisa está pautada se tais princípios da disciplina de sociologia estão atrelados às concepções de gênero, classe, raça/etnia, sexualidade, entre outros, na composição dos conteúdos dos livros didáticos analisados, uma vez que tais concepções fazem parte tanto da *desnaturalização* e *estranhamento* presentes nos princípios da Sociologia.

Estranhar, [...] é espantar-se, é não achar normal, não se conformar, ter uma sensação de insatisfação perante fatos novos ou do desconhecimento de situações e de explicações que não se conhecia. Estranhamento é espanto, relutância, resistência. Estranhamento é uma sensação de incômodo, mas agradável incômodo – vontade de saber mais e entender tudo –, sendo, pois, uma forma superior de duvidar.

¹⁸ Explicando a partir de uma visão sociológica sobre a questão da ideologia de gênero, a revista Carta Capital aborda a temática: “A ideologia é um delírio”. Texto de Murilo Cleto, publicado 22/07/2015 às 04h35. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-ideologia-e-um-delirio-5568.html>. Acesso 07/12/2016.

Ferramenta essencial do ceticismo. [...] É muito comum no nosso cotidiano ouvirmos a expressão: “*–Isso é natural*”. Esta expressão nos remete à ideia de algo que sempre foi, é ou será da mesma forma, imutável no tempo e no espaço. Em consequência, é por isso que também ouvimos expressões como: “*– É natural que exista a desigualdade social, pois afinal está na Bíblia e os pobres sempre existirão*”. Assim, as pessoas manifestam o entendimento de que os fenômenos sociais são de origem natural, nem lhes passando pela cabeça que tais fenômenos são na verdade constituídos socialmente, isto é, historicamente produzidos, resultado das relações sociais. Para desfazer esse entendimento imediato, um papel central que o pensamento sociológico realiza é a *desnaturalização* das concepções ou explicações dos fenômenos sociais. (SOCIOLOGIA, 2010, p.46-47)

Destarte, a formação epistémica da sociologia transpassa os argumentos baseados no senso comum, que muitas vezes partem do ponto de vista de conhecimentos naturalizadores, buscando fazer uma análise histórica dos fenômenos. (OCEM, 2006) Nesse sentido, pode-se perceber a contribuição de Joan Scott quando ela parte de uma posição de análise histórica do gênero, contribuindo para a revisão das primeiras formulações a cerca da temática mulher, como expressado anteriormente.

Aprendemos”, escreviam três historiadoras feministas, “que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (SCOTT, 1989, p.3-4)

Sendo assim, a partir das contribuições da ação política é que surgem as teorias feministas e seus estudos constitutivos, sendo eles os estudos de gênero. Deste modo, pesquisadoras na área vêm contribuindo com produções acerca do conceito de gênero e sexualidade em diversas universidades, alargando as produções científicas, e consequentemente, alargando o ensino de sociologia nas escolas.

Isto posto, é relevante ressaltar que a constituição dos estudos feministas e de gênero traz contribuições à sociologia a partir do momento que contempla as diversidades constatadas inclusive na DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio), DCNGEB (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica), PCN + do Ensino Médio (Parâmetros Curriculares do Ensino Médio), OCEM (Orientações Curriculares para o Ensino Médio).

Torna-se inadiável trazer para o debate os princípios e as práticas de um processo de inclusão social, que garanta o acesso e considere a diversidade humana, social, cultural, econômica dos grupos historicamente excluídos. Trata-se das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração, constituídas por categorias que se entrelaçam na vida social – pobres, mulheres, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, as populações do campo, os de diferentes orientações sexuais, os sujeitos albergados, aqueles em situação de rua, em privação de liberdade – todos que compõem a diversidade que é a sociedade brasileira e que começam a ser contemplados pelas políticas públicas. (DCNGEB, 2013, p.16)

Com o aceleramento da obrigatoriedade da disciplina de sociologia em 2008, segundo a PNLD (2015, p.11), a “Sociologia passa a figurar em todas as políticas voltadas para o currículo, formação de professores e produção de materiais didáticos”. Desta forma, referente à presença dos livros didáticos de sociologia, a sua inclusão definitiva se deu pela primeira vez no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD em 2012.

De acordo com as diretrizes do PNLD (2012, p.13), os livros didáticos passam por vários critérios de avaliação para integrar as escolas, um dos critérios que tornam o livro didático uma ferramenta apta é a “mediação entre o plano teórico e o mundo social do aluno”, além dos princípios básicos da sociologia que é o *estranhamento* e a *desnaturalização*.

Entre alguns dos critérios adotados como processo de exclusão de livros didáticos que não correspondem ao método de avaliação da PNLD de 2012 (p.14), estão: *A deficiência no entendimento da diversidade cultural*; por não favorecer a *autonomia* do professor e da professora; por não explorar *diferentes recursos didáticos*; por conter uma *linguagem inadequada para as alunas e alunos do ensino médio*, pela falta de *diálogo com outras áreas do conhecimento*; e como dito acima, por não promover a intercessão entre o *plano teórico e o mundo social* das alunas e alunos e por não promover *estranhamento e desnaturalização*.

Na PNLD de 2012 muitos livros didáticos não foram aprovados pelo processo avaliativo, tendo apenas dois livros confirmados, sendo “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia” de Helena Maria Bomeny Garchet e Bianca Stella Pinheiro de Freire Medeiros, e o livro didático de Nelson Tomazi “Sociologia para o ensino médio”.

O processo de seleção entre os dois livros didáticos se dá mediante o projeto político pedagógico de cada escola. Na Escola Estadual Aracilda C. Corrêa da Costa da

qual se pauta minhas análises, escolheu o livro didático de autoria de Nelson Tomazi “Sociologia para o ensino médio”. Já na PNLD de 2015, a escola optou pelo livro didático “Sociologia hoje”¹⁹.

Na PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2015 houve uma significativa mudança nas deficiências referentes ao ensino de sociologia, uma vez que foram aprovados seis livros de treze, ou seja, os critérios de avaliação estabelecidos passaram - a vista do processo anterior de 2012 – a ter mais aprovações. Um exemplo dessa mudança positiva é a composição de autores docentes do ensino médio juntamente com docentes do ensino superior na elaboração dos livros didáticos. Logo, é significativo ressaltar que as professoras e professores da rede escolar, conforme a PNLD (2015, p.11), “são profissionais diretamente envolvidos com o ensino de sociologia e conhece as propostas pedagógicas através das experiências práticas”, por isso constituem um papel importante na elaboração dos conteúdos dos livros didáticos. Sobre a execução do processo de avaliação pela PNLD de 2015 situa a formação de diferentes coordenações:

Para a execução do PNLD foi formada uma coordenação composta por um membro da Comissão Técnica do MEC, que teve a responsabilidade de supervisionar todo o processo de avaliação; uma Coordenadora Institucional, responsável pela gestão administrativa que, na área de Sociologia, teve como instituição executora a Universidade Federal do Paraná; e uma Coordenadora da Área de Sociologia e um Coordenador Adjunto de Área, responsáveis pela coordenação dos trabalhos de avaliação (2015, p.8).

Mesmo com a maturidade das propostas pedagógicas e didáticas da disciplina de sociologia apresentadas nos livros didáticos aprovados pela PNLD de 2015, ainda existem problemáticas a serem solucionadas para o desenvolvimento do ensino. Um deles está correlacionado ao processo que ainda perdura de consolidação da sociologia enquanto disciplina escolar, além da dificuldade em efetuar uma proposta mais adequada na mediação do conhecimento científico com o conhecimento escolar, uma vez que há a limitação de abordagens mais abrangentes das teorias e conceitos presentes nos livros didáticos, como consta na PNLD:

Sabemos que é uma meta em todos os níveis de ensino conseguir explicar conceitos complexos de forma compreensível, sem trair seu

¹⁹ Portal Educação: Mais de 18 mil escolas públicas fazem a escolha do livro didático. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/mais-de-18-mil-escolas-publicas-fazem-a-escolha-do-livro-didatico>

significado profundo. É um desafio da comunicação científica e da disseminação da ciência para públicos leigos (2015, p.12).

É importante destacar que o livro didático não possui a densidade teórica necessária para a constituição da prática docente, atuando somente como uma ferramenta de auxílio. Ferramenta essa que, possui importância como fonte de conhecimento e pensamento crítico, porém, de acordo com Coan: “[...] sua utilização, sem a devida reflexão, pode conduzir ao oposto e, de um bom recurso educacional, tornar-se um dos grandes males da educação escolar” (2006, p.102).

Isto posto, conclui-se que a Sociologia tem um papel crítico importante na formação das/dos discentes do ensino médio. E seguindo essa mesma lógica, os estudos feministas e de gênero contribuem para uma formação baseada na desnaturalização e no estranhamento proposto pela disciplina de Sociologia. No entanto, como visto, há dificuldades relacionadas à questão do conhecimento transdisciplinar dos estudos feministas e de gênero à Sociologia, e também dificuldades respectiva a sua inserção nos currículos, devido à realidade social permeada por conflitos políticos e religiosos.

4.1 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO” APROVADO PELA PNLD DE 2012

Abordada tais problemáticas, situo a análise relativa aos dois livros didáticos de sociologia trabalhados na rede pública do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo o primeiro de autoria de Nelson Dacio Tomazi²⁰, denominado por “Sociologia para o ensino médio”, publicado em 2012, e utilizado em 2013 e 2014. O segundo livro é escrito por três autores, sendo eles, Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros²¹, também utilizado por três anos, especificamente em 2015, 2016 e 2017, titulado de “Sociologia Hoje”.

O critério de escolha das análises desses dois livros didáticos se deu mediante a seleção realizada pela Escola Estadual Aracilda Cícero Correa da Costa, localizada no município de Paranaíba-MS, e por ter enquanto bolsista pelo Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), acompanhado por dois anos o processo de ensino e aprendizagem de duas turmas diferentes, e, portanto, seus métodos de abordagem dos livros didáticos.

Nesse sentido, com base no *Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado no Ensino de Ciências Sociais II – Licenciatura*, desenvolvido em 2015 na mesma escola de atuação da minha experiência enquanto estagiária e bolsista do PIBID, constatei que o livro de Nelson Dacio Tomazi “Sociologia para o ensino médio” foi utilizado pela professora regente um ano depois de seu período de três anos constado pela PNLD, que seria até 2014.

Já nesse ano, na turma do 3º A do ensino médio técnico pude acompanhar o trabalho realizado pela docente regente a partir de observações participantes das aulas de sociologia pelo PIBID. Em vista disso, notei que o livro “Sociologia hoje” que deveria ser utilizado nesse ano de 2016, também continuou ausente enquanto ferramenta de apoio as/aos professoras/res e as/aos discentes para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o livro didático é um dos instrumentos de

²⁰ “Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista de Assis e Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná” (Sociologia para o ensino médio).

²¹ Igor José de Renó machado: Mestre em Antropologia (1997) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2003). Henrique Amorim: Mestre em Sociologia (2001) e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (2006). Celso Rocha: Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais (modalidade ciência política) pela Unicamp e doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford. (Sociologia hoje)

fomento da educação, serve para subsidiar as professoras e professores na escolha dos conteúdos e na constituição de exercícios complementares para os/as discentes.

Isto posto, começo fazendo a análise do livro didático de autoria de Nelson Dacio Tomazi “Sociologia para o ensino médio”, sendo ele organizado em um volume de 256 páginas. De imediato percebe-se que o livro didático de Nelson Tomazi baseia-se mais na temática do “Trabalho”, sendo composto em maior amplitude pela Sociologia, e desta forma, não comporta o que está previsto na PNLD de 2015:

No processo de institucionalização da Sociologia foi se consolidando o que podemos chamar de consenso, que a disciplina é denominada Sociologia, mas que os conteúdos devem ser das Ciências Sociais. Essa meta abre possibilidades e enriquece o currículo no ensino médio, favorecendo-se diferentes alternativas ao se realizar a mediação didática. Uma alternativa é apresentar os conteúdos das Ciências Sociais em três partes, sendo uma da Antropologia, outra da Ciência Política e outra da Sociologia. (p.12)

O livro didático contém 7 unidades: “A sociedade dos indivíduos”, Trabalho e sociedade”, “A estrutura social e as desigualdades”, “Poder política e Estado”, “Direitos, cidadania e movimentos sociais”, “Cultura e ideologia” e “Mudança e transformação social”, tendo como apêndice a “História da Sociologia: pressupostos, origem e desenvolvimento”.

O objetivo dessa pesquisa se constitui por meio das análises dos livros didáticos caracterizada por um processo de investigação das possíveis contribuições dos estudos feministas e dos estudos de gênero na composição de seus conteúdos, além de investigar se existe ou não uma desnaturalização dos padrões de gênero e de sexualidade, entre outras diferenças.

Nesse sentido, acreditamos que as análises dos livros didáticos a partir de um olhar feminista e das teorias de gênero, precisam somar-se à Sociologia e a Educação – assim como com outras áreas do conhecimento –, no sentido da defesa de uma educação inclusiva e não discriminatória no que diz respeito a gênero, raça/etnia, classe, geração, entre outros, incluindo nisso, a elaboração de livros didáticos que não (re)produzam as desigualdades de gênero, visto que, estamos de acordo que “representar os gêneros de forma distinta e desigual”, contribui “para a construção e manutenção de outras desigualdades sociais” (SILVA, 2014, p.3, apud, OLIVEIRA, 2011, p. 147)

Primeiramente, nota-se que há uma lacuna no livro didático de Nelson Tomazi a respeito da falta de ampliação dos seus conteúdos, uma vez que, de acordo com a PNLD

de 2015, os livros didáticos abordados por diferentes autores que correspondem às três áreas das Ciências Sociais, como a Antropologia, Ciência Política e Sociologia, acabam explanando diferentes perspectivas teóricas, principalmente no que diz respeito ao gênero. Como por exemplo, o conteúdo de antropologia do livro didático de “Sociologia hoje” dedica-se a contextualização dos estudos da diferença, o que recai sobre as diferenças culturais e sociais, abarcando gênero, sexualidade, diferenças políticas e étnicas.

Portanto, ao analisar o livro didático de Nelson Tomazi, percebe-se que as abordagens dadas às desigualdades de gênero e sexualidade são mais breves e limitadas do que as desigualdades de classe e raça. No entanto, cabe ressaltar a importância de se trabalhar classe de forma abrangente, o que foi bem explorado nos conteúdos do livro didático de Nelson Tomazi, no entanto, a sociedade implica em diferentes opressões que vão para além da exploração, abarcando gênero, sexualidade, raça, entre outros. Deste modo, torna-se importante sair do viés ilustrativo dado aos livros didáticos em relação a essas intersecções, para que se possa de fato contemplar um tratamento igualitário, como previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Relativo aos trechos do livro, há no final do capítulo 8 na página 84 uma abordagem sobre as desigualdades entre homens e mulheres de forma sucinta, explicando questões como violência, abuso sexual, discriminação, e apresentando dados da ONU de 2005 sobre as disparidades entre homens e mulheres no que concerne ao campo do trabalho, educação, salários desiguais, analfabetismo correlacionado às mulheres e violência sexual. De acordo com a PNLD de 2012:

O final dos capítulos representam textos jornalísticos ou de opinião que compreende a seção “Cenário da sociabilidade contemporânea”. O texto é seguido de indagações com o objetivo de auxiliar na realização da síntese didática, reforçando e ampliando ideias abordadas no capítulo. (p.22)

No capítulo 9, Tomazi discorre brevemente sobre o trabalho escravo negro e sobre o preconceito contra os indígenas e sua perpetuação na atualidade decorrente do processo de colonização do Brasil:

Analisando historicamente a questão das desigualdades sociais no Brasil, percebe-se que, com a chegada dos portugueses, elas se instalaram e aqui ficaram. Inicialmente, os povos indígenas que habitavam o continente foram vistos pelos europeus como seres diferentes, não dotados de alma. Depois se alterou essa concepção,

mas ainda há quem veja os indígenas preconceituosamente, como inferiores e menos capazes. Posteriormente, houve a introdução do trabalho escravo negro. Milhares de africanos foram retirados de sua terra de origem para enfrentar condições terríveis de trabalho e de vida no Brasil. Até hoje seus descendentes sofrem discriminação e preconceito pelo fato de serem negros. (p.85)

Em seguida o assunto aborda as relações do trabalho no início do século XX e o desenvolvimento do capitalismo. No final da página 86 ressalta que para além das desigualdades entre as classes sociais “há outras diferenças – entre homens e mulheres e entre negros e brancos, por exemplo”. Na próxima página, Tomazi traz a relação de autores e uma autora que escreveram teorias racistas para “explicar o destino da nação brasileira”.

Na página 88, o autor relaciona raça e classe, citando autores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso e suas obras.

[...] analisaram a situação dos negros no sudeste e no Sul do Brasil. Com seus trabalhos, demonstraram que os ex-escravos foram integrados de forma precária, criando-se uma desigualdade constitutiva da situação que seus descendentes vivem até hoje, Muitos outros autores, desde então, analisam essa questão, que continua presente no nosso cotidiano. (p.88)

Na página seguinte aborda os novos movimentos sociais, a questão do *mercado de trabalho e condições de vida* referindo a questão racial e das classes sociais, além de mencionar sobre essa mesma temática a questão de gênero, apontando que a mesma “ganhou espaço, destacando principalmente a situação desigual das mulheres em relação à dos homens”. Já no final do capítulo, Tomazi traz um texto jornalístico abordando dados do Instituto de Pesquisa econômica Aplicada (Ipea), sobre as configurações de desigualdade presente entre brancos e negros em relação a escolaridade e a renda econômica.

No capítulo 11 da página 107, o autor aborda a temática “Democracia, representação e partidos políticos”. Há nesse capítulo uma pequena menção a conquista do voto feminino na Inglaterra em 1928, e abrange também sobre o pensamento liberal, citando alguns autores, inclusive possui uma frase de Immanuel Kant sobre a inferioridade da mulher no exercício dos direitos políticos: “Immanuel Kant, filósofo alemão, afirmava que para exercer os direitos políticos era necessário não ser criança ou mulher”, além de assinalar que homens nas condições de “dependente, o criado e o operário não podiam ser membros do Estado e não estavam qualificados para ser

cidadãos”. Tomazi compara o período composto pelo liberalismo clássico com a atualidade democrática expressa pelo direito de votar, destacando que as ideias de que somente uma elite poderia exercer o poder continuam nos dias de hoje:

[...] quando se afirma que o povo não sabe votar, que para ser deputado, senador ou mesmo presidente da república são necessários determinados atributos que, normalmente, só os membros das classes proprietárias possuem, como nível universitário, experiência administrativa, etc. (p.108)

Na página 116 há a abordagem do período correspondente a Proclamação da República de 1889, não sendo constatadas as mobilizações populares, como o caso da imprensa feminista e suas reivindicações em prol do direito ao voto, representado no capítulo “Feminismos no Brasil”. A mesma abordagem superficial a participação das mulheres foi dada a respeito do *período Vargas*, sem inclusive, dedicar à visibilidade do desempenho das mulheres no processo de redemocratização do período constado pelo Estado Novo entre os anos de 1943/45, além de não mencionar as limitações desse período para as mulheres, como foi situado anteriormente, por exemplo, pelo Decreto 3199/1941

É importante conter no conteúdo dos livros didáticos as participações femininas e de outras diferenças no decorrer dos momentos históricos abordados, para que se possa estabelecer a visibilidade das mulheres (abarcando a pluralidade entre as mulheres) nos diferentes espaços e na sua contribuição para a construção dos mesmos. E como pode ser analisado, existem lacunas quanto a isso, seja pela linguagem ainda sem problematizações quanto aos binarismos de gênero, ou mesmo na falta de referenciais femininos, o que acaba sustentando a ideia de que a mulher não esteve presente de forma atuante em diferentes momentos históricos.

Essa falta de representações feminina está presente também nas páginas 119 e 120, sendo abordado por Tomazi o momento histórico constituído pelo Regime Militar no Brasil. No entanto, não faz nenhuma referência à militância feminina nesse período, apenas, uma breve menção genérica: “Nesses primeiros anos do golpe, ocorreram muitos atos públicos, principalmente de estudantes e trabalhadores, contra o regime militar”. Ao mencionar “movimentos de estudantes e trabalhadores”, a linguagem acaba ocultando as mulheres, lembrando que, como pontuado no capítulo “Feminismos o Brasil”, as mulheres atuaram em diferentes frentes contra a ditadura, em manifestações de rua, na luta armada, contra a prisão de mulheres e homens durante o regime militar,

no Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, entre outros. Portanto, de acordo com Zirbel:

O estudo do feminismo e do Movimento de Mulheres no Brasil, propiciou o contato com a história do país e as lutas das brasileiras pela melhoria das condições de vida da população (contra a carestia, contra a ditadura, pela anistia, por creches, melhores condições de trabalho, melhorias salariais, etc.). (2007, p.23)

Ao retratar a temática “Direitos para todos” contextualizando a Revolução Francesa, Tomazi na página 136 do capítulo 14, traz a referência de Olympe de Gouges: "Embora não seja muito citado nos livros de história, é sempre bom lembrar o caso de Olympe de Gouges (1748-1793) [...]”. O autor menciona também a sua contribuição com a declaração dos direitos das mulheres, em oposição à exclusão do público feminino na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão. Nota-se que as mulheres citadas muitas vezes decorrem de um contexto geralmente designadas a “salvadoras ou mártires”, ficando ausente em diversos outros períodos históricos nos conteúdos dos livros didáticos, como por exemplo, na importância das mulheres nas diferentes lutas contra sua subalternização na sociedade, e também nas lutas travadas lado a lado com os companheiros homens.

Na abordagem da temática “Direitos civis, políticos e sociais”, Tomazi faz brevemente um comentário sobre a conquista do voto das mulheres na página 138:

Considerados os desdobramentos dos direitos civis, os direitos políticos começaram a ser reivindicados por movimentos populares já no século XVIII, mas, na maioria dos países, só se efetivaram no século XX, quando o direito de voto foi estendido às mulheres. Na página seguinte comenta sobre a consolidação dos direitos das mulheres, homossexuais, minorias étnicas, entre outros, em meados do final do século XX e no início do século XXI. (TOMAZI, 2012)

Ao trabalhar o conceito de “cidadania” Nelson Tomazi pontua na página 140, a partir de uma análise da realidade social contemporânea, que não há igualdade fundamental entre os indivíduos, elencando que existe desigualdade entre homens e mulheres, negros, pardos ou brancos, entre outros. Já na parte dos movimentos sociais no capítulo 15 da página 144, o autor de modo breve, cita como exemplo de ações políticas “os movimentos étnicos-raciais, gay, feminista e pela paz e contra a violência”.

Sobre o Movimento Feminista, Tomazi traz algumas referências nas páginas 149 e 150. É interessante a abordagem de Nelson Tomazi nesse momento, pelo mesmo

voltar à discussão da página 107, no qual é abordado o pensamento liberal, trazendo, desta forma, um contrapeso aos autores que alocaram as mulheres para posições inferiores:

A discussão moderna sobre a posição da mulher nas diferentes sociedades vem sendo travada desde o século XVIII. Como vimos, os direitos do homem e do cidadão referiam-se aos homens e excluíaam as mulheres. Mas elas não se calaram, como atesta o exemplo de Olympe de Gouges. (p.149)

Assim sendo, na página 149 o autor aborda de forma mais abrangente a posição em específico da Olympe de Gouges, explicando, particularmente, sua importância no momento histórico da Revolução Francesa e na luta pelos direitos das mulheres.

Uma frase de Olympe de Gouges extraída do artigo 10 de sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã tornou-se lema do movimento feminista do século XIX: “A mulher tem o direito de subir no cadafalso; deve ter também o direito de subir numa tribuna”.

Tomazi cita também outras autoras que, segundo ele, são consideradas importantes quando relacionadas a assuntos como *educação, trabalho e participação política da mulher*, dentre elas estão: Mary Wollstonecraft, Jeanne Deroin e Flora Tristán, e menciona sobre as campanhas pelo direito de votar das mulheres e a conquista de tal direito no século XX – “primeiro nos Estados Unidos, em 1920, e depois na Inglaterra, em 1928”. No boxe destacado ao final da página, o autor explana em nove linhas a obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, com referência no livro “O que é feminismo” de Jaqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves.

Como ilustração da página o autor utilizou a imagem da “capa da partitura do hino “A marcha das mulheres”, composta por Ethel Smyth em 1911 e dedicada a Emmeline Pankhurst, uma das pioneiras do movimento sufragista britânico e fundadora da The Women’s Social and Political Union (União Social e Política das Mulheres)”.

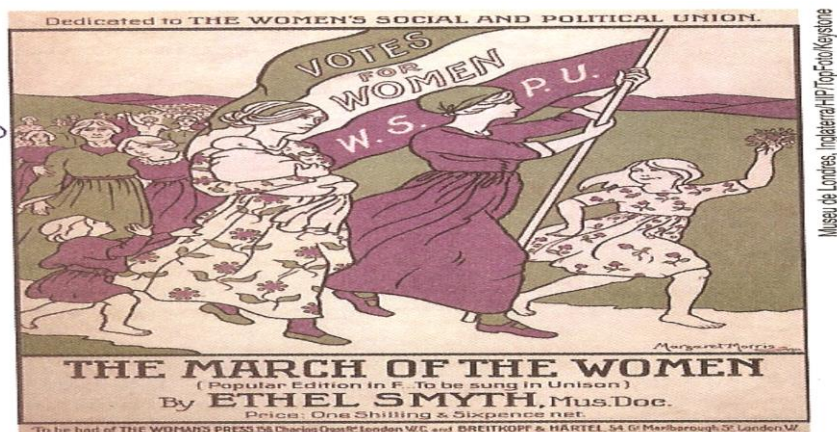


Ilustração 1

Na composição da página 150, Tomazi discorre sobre o movimento feminista, citando a obra de algumas autoras feministas importantes da década de 1960, como Betty Friedan (*A mística feminina*), Kate Miller (*política sexual*) e Juliet Mitchell (*A condição da mulher*). Ele pontua a importância do movimento feminista enquanto reivindicação de “direitos políticos, civis e sociais”, e na constituição de questionamentos com fundamentação nas “raízes culturais da desigualdade de gênero”. Tomazi destaca também algumas reivindicações atuais do movimento feminista e no final da página estabelece uma comparação de características comuns entre o movimento ambiental e feminista, explicando que ambos não possuem uma organização fixa e única, e sim ações coletivas em níveis globais, regionais e locais.

A ilustração dessa página corresponde a um “Ato público de mulheres em Tóquio, Japão, em 2005. Para criticar os estereótipos ocidentais de beleza e reafirmar seus próprios padrões”.

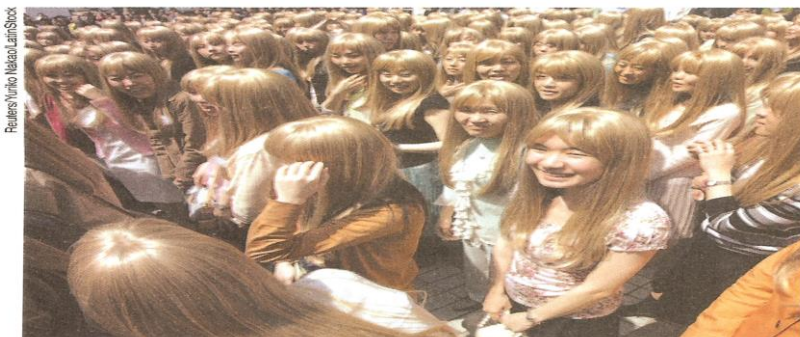


Ilustração 2

No desenvolvimento do cenário brasileiro, na página 152 Nelson Tomazi explana sobre a Constituição liberal de 1824 e a primeira constituição da República promulgada em 1893, a abordagem dada às lutas das mulheres no Brasil relativo ao voto não é citada, sem inclusive fazer alusão à conquista do voto em 1932.

Ao tratar da temática *cultura* segundo a antropologia, o autor cita entre outros autores duas antropólogas estadunidenses, Margareth Mead e Ruth Benedict. Tomazi delinea o conceito de *padrão cultural* desenvolvido pela Benedict e aborda sinteticamente a obra de Mead “Sexo e temperamento em três sociedades primitivas”.

Na página 196, Tomazi ao retratar a temática “a televisão brasileira” utiliza a palavra *homossexualismo* para abordar as discussões relativas aos sujeitos marginalizados nas programações televisivas. É necessário compreender que a palavra “homossexualismo” remete a patologia, sendo esse o motivo pelo qual não se utiliza mais essa palavra, mas sim, *homossexualidade*. A homossexualidade já é vista com olhares de anormalidade, ou seja, como uma transgressão da norma, portanto, a mudança da palavra reflete uma perspectiva positiva diante do caráter tradicional das práticas sexuais. De acordo com Longaray e Ribeiro:

O sufixo “ismo” refere-se à anormalidade, algo patológico, porém com a (re)significação que passou no século XX, o termo homossexualidade passou a ser mais aceito, levando em consideração o sufixo “dade” do latim que significa “qualidade de”, fazendo referência a um tipo de orientação sexual, ou seja, a uma possibilidade das pessoas viverem a sexualidade e seus prazeres (2009, p.4, apud, FURLANI, 2003).

Ao final de cada unidade do livro didático há recomendações de leituras e sugestões de filmes, além de um texto reflexivo com teor provocativo como ferramenta de auxílio para a efetuação de exercícios. Deste modo, na página 201 correspondente a um texto reflexão denominado de “Televisão e sexualidade”, de autoria de Agnaldo Silva, aborda a sexualidade feminina no Brasil, tratando o assunto de forma a manter naturalizações e estereótipos de gênero. E ao mencionar a incidência de gravidez cada vez mais presente em adolescentes, não atenta para a questão da classe social, estando ela atrelada muitas vezes as mulheres de classe baixas. Além do que, o autor trata a mulher como a única responsável pela maternidade ao ressaltar que:

Foi por isso que botei aquela personagem adolescente grávida na novela, porque passei três vezes na frente de uma maternidade do

Estado e vi que na fila das grávidas, onde havia umas 30 mulheres, pelo menos 20 era adolescentes, e pelo menos duas não teriam mais que 11 anos. Todas lá, com o barrigão de fora, como se dissessem com orgulho “olha até onde me levou a minha sensualidade!”.

Esse texto reflete um ponto de vista pautado no senso comum, sem uma análise crítica profunda das causas de tais problemáticas que ocorrem para além do enfoque das mulheres, pois o texto como um todo, reflete a ideia de que as mulheres são naturalmente responsáveis pela maternidade, sem fazer alusão à responsabilidade paterna, que culturalmente ainda é vista como secundária no processo de educação, cuidado e responsabilidade dos filhos e filhas. Segundo Saffioti:

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a *vida de mulher* mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos é imputada ao elemento feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como e o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar a luz. (1987, p.9)

Um dos exemplos alusivo à negligência dada aos referenciais femininos neste livro didático é a gramática composta pela centralidade do homem, inclusive, presente nos dois livros analisados, atribuindo ao gênero masculino o sinônimo de humanidade, ou seja, o livro ainda não estabelece uma linguagem que supere os binarismos de gênero, porém, esse é um debate contemporâneo tanto teórico quanto em termos de movimento sociais.

Nesse sentido, os livros analisados não partem de uma linguagem questionadora dos binarismos de gênero. Mesmo que a abordagem do livro “Sociologia hoje” tenha uma visão mais ampla sobre a inclusão das diversidades, como os estudos de gênero, com foco na representação das mulheres em diferentes assuntos tratados, como raça e sexualidade, ainda assim, utiliza a linguagem com preponderância à categoria genérica do homem. Portanto, ao analisar os conteúdos dos livros didáticos,

nota-se que a linguagem restrita ao sujeito homem no singular, acaba ocultando outros sujeitos, quando se parte de uma categoria universal para abarcar e ser encarregado de outros gêneros. De acordo com Guacira Lopes:

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente — tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela não parece, quase sempre, muito "natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os *institui*; ela não apenas veicula, mas produz e pretende *fixar* diferenças. (1997, p.65)

É importante destacar que o livro didático de Nelson Tomazi apresenta o feminismo enquanto movimento social de importância política no ocidente, entretanto, não aborda as contribuições dos estudos feministas e de gênero para a sociologia. Essa deficiência é referida inclusive pela PNLD de 2012 ao aconselhar que as professoras e professores precisem abordar temáticas sobre gênero e sexualidade ausentes no livro didático de Tomazi:

Haverá, entretanto, necessidade de introduzir alguns temas novos, que são muito demandados na escola pela sua significância atual. A questão ambiental e os temas relativos às relações de gênero e sexualidade merecerão certamente um esforço adicional do professor, já que não há, para isso, suporte teórico no livro. (p.24-25)

Conclui-se, portanto, que o livro de Nelson Tomazi não comporta as contribuições teóricas feministas e dos estudos de gênero em seus conteúdos ao ponto de estabelecer o que se propõe a disciplina de Sociologia, que é a desnaturalização e estranhamento das questões sociais. Há a necessidade de inserir na educação assuntos que incluam as diversidades humanas, para que assuntos como sexualidade e gênero sejam visto não como um fator do âmbito privado, mas como um campo legítimo de estudos.

4.2 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO “SOCIOLOGIA HOJE” APROVADO PELA PNLD DE 2015

Na análise do livro didático “Sociologia Hoje”, de autoria de Machado, Amorim e Barros, pude observar um desenvolvimento mais amplo, sendo os conteúdos versados por meio da apresentação de temáticas com enfoque nas três perspectivas das Ciências Sociais, que é a antropologia cultural, sociologia e ciência política. Além de contribuir em abordagens mais profundas com uma linguagem acessível e objetiva. Há a preocupação com tais questões à medida que no contexto do livro didático existem formas de elucidar palavras complexas e assuntos que necessitam de um complemento de seus conceitos, como a presença da seção *léxico*, da seção *Para saber mais* e da seção *Você já pensou nisto?* (PNLD, 2015)

“Sociologia hoje” possui três unidades constituídas pelas três áreas das ciências sociais - tendo inclusive, na página 14 uma explicação das diferenças entre elas -, sendo a primeira destinada ao estudo da Antropologia, a segunda unidade corresponde à Sociologia, e a terceira unidade à Ciência política, com um volume de 328 páginas.

A representação da categoria gênero e sexualidade pouco abordada no livro de Tomazi ganha evidência nessa edição do livro didático “Sociologia hoje”, comportando já nas primeiras páginas, especificamente na página 10, na parte destinada a reflexão dos conteúdos trabalhados, denominado de “Você já pensou nisto?”, um convite a pensar na naturalização do trabalho doméstico destinado às mulheres. Na página seguinte é elucidada essa reflexão abordando diferentes questões que envolvem a naturalização de “papéis” designados a homens e mulheres, como o exemplo: “[...] Para muitas pessoas, o fato de o trabalho doméstico ser feito principalmente pelas mulheres parecia natural. [...] Ou que as mulheres cuidassem da casa e das crianças enquanto os homens trabalhavam fora para sustentar a família”. Na explicação do significado “desnaturalizar”, finaliza que essa visão crítica se deu pelo movimento feminista *desde fins do século XIX*. Para complementar o assunto, foi utilizada na página 11 uma ilustração de Maurício de Sousa por meio da representação irônica da exploração do trabalho feminino doméstico.



Ilustração 3

Na página 18, há a contextualização da temática “Como funcionam as ciências sociais?”, a partir da explicação das *mudanças de conceito*, dando como arquétipo o conceito de *mulher* e suas transformações de acordo com diferentes momentos históricos. Nesse sentido, elenca as transformações de quase um século de lutas feministas, para elucidar que os conceitos “mudam porque os contextos nos quais foram produzidos também mudam”. Ou seja, as mulheres do século XIX não podiam nem exercer o direito de voto, hoje, no século XXI, há novas formulações sociais que em outros tempos as mulheres não podiam usufruir, porém, agora podem.

Ao explicar como se constitui a ideologia, novamente é utilizado como modelo o movimento feminista: “Por exemplo a crítica à ideologia machista deu origem a uma ideologia feminista, que trouxe novos valores e ideias a respeito das relações entre os gêneros”. (MACHADO, AMORIM, BARROS, 2015, p.22)

Há na composição deste LD várias referências a gênero, raça/etnia, sexualidade, como pode ser observado na seção *léxico* da página 33 ao explicar o termo “etnocentrismo”. E também na seção “Você já pensou nisso?” da página 34, é feita uma reflexão a partir da ideia de parentesco correlacionada à sexualidade, tendo essa abordagem relação com a temática trabalhada “parentesco e propriedade: modos de organização social”. O enfoque da reflexão se dá a partir da pergunta: “Se existem tantos tipos de parentesco, por que seria um problema um arranjo familiar composto de um casal de homossexuais e um filho, por exemplo?”.

Em relação à temática “populações indígenas no Brasil” da página 39 e 40, são citadas duas antropólogas, sendo a primeira luso-brasileira Manuela Carneiro de Cunha (1943) e a brasileira Nádia Farage (1959). Esse livro didático traz variados recursos didáticos que ampliam o universo de conhecimento da aluna e aluno, tendo como particularidade, o recurso apresentado pela biografia das/dos autoras/res trabalhados nos conteúdos, dando maior familiaridade e expandindo as ferramentas de conhecimento das obras de tais autoras/res as/aos discentes. Outra pontuação a ser feita é o contraste

desse livro didático com o de Nelson Tomazi, uma vez que o manual didático “Sociologia hoje” comporta a apresentação e reconhecimento de autores e autoras brasileiras/ros.

Em “padrões culturais” na página 50, há a abordagem das antropólogas Margareth Mead e Ruth Benedict, que inclusive foram tratadas no livro didático de Nelson Tomazi, contudo, o método de apresentação de seus conceitos e teorias possuem características diferentes. No livro didático “Sociologia hoje”, a abordagem dada às autoras constitui rigor na composição de seus conceitos, diálogo com outros antropólogos, além de mencionar a importância influente das duas autoras na construção do pensamento feminista, como o exemplo da *desnaturalização* do “papel” exclusivo da mulher como mãe, sendo essa uma situação permeada pelo *costume* e não pela *natureza humana*.

Na página 68, até metade da página 71 é abordada a temática “o conceito de etnicidade” de forma densa, com ilustrações, compondo duas seções “para saber mais”, aonde a primeira explica o que são *conflitos étnicos*, e a segunda explica a diferença entre etnicidade e raça e o porquê da utilização do termo *raça*, além de conter uma ilustração emblemática na página 70 referente ao assunto trabalhado. A charge é de Angeli de 2006, e “descreve a realidade de uma situação que poderíamos chamar de étnico-racial: a exclusão histórica de uma parte da população pela crença na existência das raças, e do racismo atrelado a essa crença”.



Ilustração 4

Ainda na página 71, há a abordagem da temática “O conceito de identidade” com o intuito de pensar sobre a diferença, e para isso, é situado o conceito de identidade para a antropologia em suas primeiras formulações, correspondente ao começo do século XX: “Nessa época, porém, a ideia de identidade era sempre um acessório:

identidade social, identidade étnica, identidade racial”. (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2015) Contudo, estabelece a fragmentação do conceito a partir da década de 1970:

“[...] o termo identidade ganhou outra conotação, relacionada à intensa fragmentação social produzida pelo avanço do capitalismo e suas consequências. Como exemplo dessa fragmentação, podemos citar as migrações internacionais, que continuaram a aumentar drasticamente, acentuando a presença de distintas etnicidade nos países centrais do capitalismo; a emergência de diversos movimentos políticos ligados a etnicidade raciais e étnicas; a presença de religiões transnacionais; os movimentos políticos baseados em orientação sexual (homoafetivos), entre outros fenômenos. [...]” (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2015)

Foi utilizada a ilustração do “primeiro casamento gay no universo dos quadrinhos da Marvel” para exemplificar as diferenças existentes no mundo contemporâneo, ou seja, não mais caracterizadas somente pelas diferenças étnicas e culturais, mas “produzindo outros tipos de identificação”.



Ilustração 5

Na página 86 encontra-se abordado a utilização dos estudos *antropológicos urbanos* vinculados às questões de aproximação do investigador com seu objeto, ou seja, rompe com a configuração pautada na imparcialidade e neutralidade, geralmente encontrada nas Ciências Sociais, discussão essa aludida anteriormente. Á vista disso, pode-se observar no livro didático esse “avanço” quando são citados exemplos de antropólogas feministas que estudam a opressão da mulher, antropólogas/os homossexuais que “passaram a estudar as relações de gênero e as diversas sexualidades”, antropólogas/os negras/os que se dedicaram a estudar as relações raciais. Na página seguinte há a indicação de duas antropólogas importantes na área da *antropologia urbana*, sendo elas: Eunice Durham e Ruth Cardoso, tendo uma seção *biografias* destinada a Ruth Cardoso. O desenvolvimento dessa página se dá mediante a

abordagem relacionada à imbricação dos estudos da *antropologia urbana* com as discussões de gênero e sexualidade a partir do contexto assinalado pela violência contra as mulheres, homossexuais e travestis, além de trazer a discussão das “identidades sexuais” como uma luta política de antropólogas e antropólogos homossexuais contra a discriminação e na busca reconhecimento e direitos. É importante ressaltar o destaque dado por esse livro didático no que tange o reconhecimento dos estudos de gênero relacionado ao movimento feminista. Nas duas páginas há ilustrações, a primeira refere-se a um grafite feito em 2010 contra a violência à mulher, a segunda ilustração apresentada na página 87 expõe um cartaz contra a homofobia.



Ilustração 6



Ilustração 7

Percebe na página 94 o reconhecimento das contribuições da crítica feminista a temática do *parentesco* tratado pela antropologia. Uma vez que pontua que “a vida privada é uma questão central nas reflexões sobre gênero, pois é nesse universo que

nascerem muitos aspectos da discriminação da mulher. Assim, o parentesco passou a ser analisado também a partir da crítica feminista”.

Esse reconhecimento dos estudos de gênero encontrado nesse livro didático relaciona-se a uma abordagem mais densa dada à antropologia nos conteúdos, o que denota, de acordo com Adelman a respeito da avaliação de Stacey e Thorne que “A resistência a uma transformação profunda no campo da sociologia a partir da contribuição feminista teria sido mais forte do que em algumas outras áreas disciplinares, tais como antropologia, a história e a literatura”. (1985, p.302, apud, 2016, p.133) Pode-se explicar, segundo Adelman (2016) a flexibilidade da antropologia, por exemplo, a partir de elementos utilizados por Stacey e Thorne devido “à centralidade das relações de parentesco nas sociedades de pequena escala estudadas pela antropologia clássica [...]”.

Em continuidade ao reconhecimento de autoras que trabalharam com assuntos relacionados ao gênero, é situada Margareth Mead novamente para enfatizar que “já na primeira metade do século XIX, [...] a antropóloga norte-americana [...] demonstrava que homens e mulheres são categorias culturais”. Seguidamente apresenta a antropóloga Gayle Rubin, e seus estudos referentes à análise da tendência em alocar as mulheres para papéis maternos e ao homem à esfera pública. Nessa parte o texto trabalha com a ideia dicotômica entre natureza e cultura, alegando que *é muito presente em nossa sociedade* relacionar às mulheres a natureza e os homens a cultura. No final da página menciona novamente os estudos de gênero e suas implicações em assuntos como masculinidade e feminilidade, além de mencionar também que foram as intelectuais feministas que buscaram dissolver opiniões relacionadas à natureza e a constar a questão da construção de um sistema que beneficia os homens, e não de um processo natural. Há duas ilustrações na página 95 bem simbólicas para a problemática contextualizada. A primeira ilustração mostra um homem de terno encostado no carro e uma mulher com duas crianças, na descrição abaixo da figura masculina diz: “Ele: de manhã vai ao trabalho e volta à noite”, e na descrição abaixo da mulher diz: “Ela: leva as crianças à escola. Vai à feira, vai ao cabeleireiro, vai buscar mamãe, busca as crianças da escola”, entre várias outras atividades. Essa ilustração é de um anúncio de 1969 sobre a necessidade de uma mulher ter um carro. O que nos revela a naturalização do espaço doméstico a mulher e do espaço público ao homem.

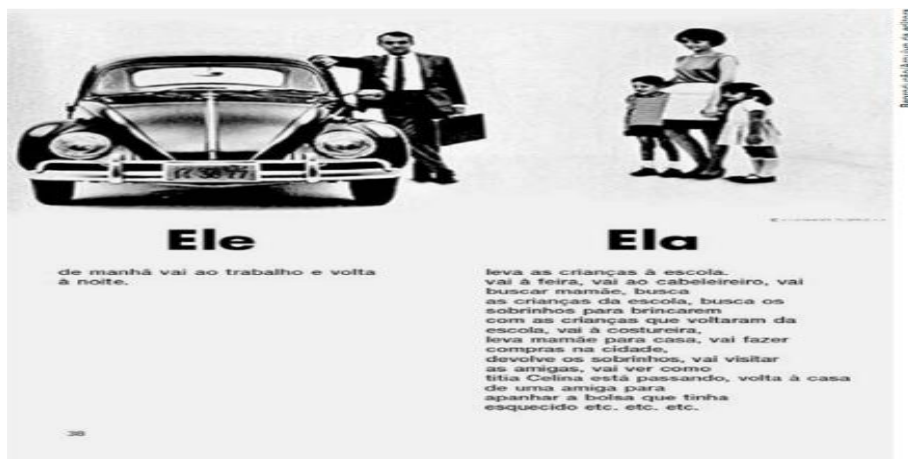


Ilustração 8

Na segunda ilustração da década de 1950 mostra um homem de gravata sentado na cama e a mulher levando a ele uma bandeja de café da manhã. Essa propaganda mostra a “reprodução entre mulher/natureza/privado e homem/cultura/público”. Sendo “essas associações desconstruídas pelas feministas”. (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2015)



Ilustração 9

Na unidade 1 da página 108 há uma seção de atividades reflexivas, é utilizado um texto da antropóloga Lux Vidal, denominado de “Iconografia e grafismo indígenas, uma introdução” para a resolução de uma atividade, além de conter duas tirinhas da cartunista Laerte na página 111, sendo a primeira uma crítica aos padrões culturais de gênero, e a segunda na página 112 uma tirinha retratando os estereótipos reproduzidos pela televisão associado aos homossexuais, constatando a violência contra as travestis, a repressão familiar de jovens homossexuais e da resistência dada pela luta por reconhecimento e direitos, dizendo: “afinal: o que tanto te ameaça machista?”.

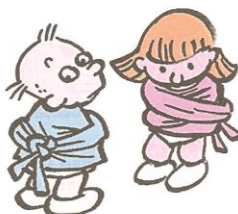


Ilustração 10

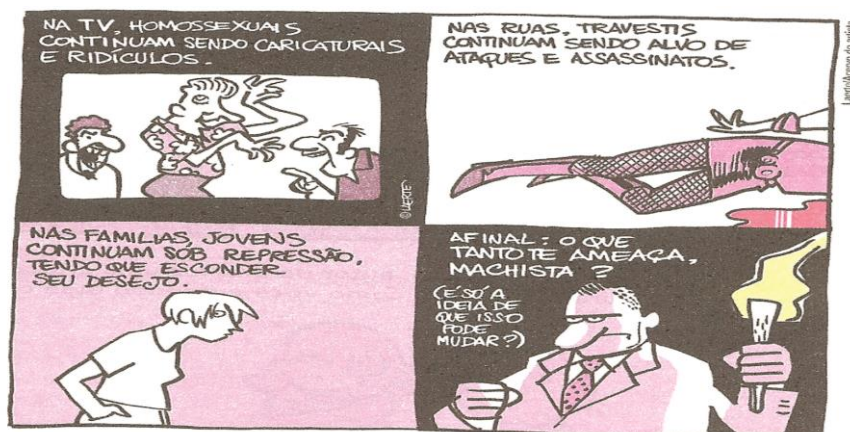


Ilustração 11

Na discussão sobre a temática “o capitalismo e a formação do pensamento clássico” na página 119 há como ilustração a gravura de mulheres e crianças trabalhando em fábricas, na segunda imagem da página 120 é representada a obra “A hora do jantar: Wigan” do pintor inglês Eyre Crowe, retratando mulheres trabalhadoras em tecelagens, e a terceira ilustração apresenta trabalhadoras chinesas “montando componentes eletrônicos em fábrica de Shenzen” na página 123.



Ilustração 12



Ilustração 13



Ilustração 14

Durante o conteúdo do livro didático “Sociologia hoje”, há bastantes imagens referentes às desigualdades entre homens e mulheres, a partir da ideia de padrões culturais a cerca dos gêneros, e também relacionado às questões raciais, como pode ser visto na página 21 e 23 nas tirinhas de Calvin & Hobbes, e na página 43 há uma tirinha com abordagem sobre a violência cotidiana contra jovens negros.



Ilustração 15



Ilustração 16



Ilustração 17

Na página 58 possui uma atividade que propõe uma imagem com o intuito de provocar reflexão nas/nos discentes. Sendo a imagem uma capa de revista em que há a presença de uma mulher com a bandeira portuguesa enrolada ao corpo indicando claramente conotação sexual, trazendo a legenda: “Brasil, 500 anos do melhor que

demos ao mundo”. Ou seja, a mulher dentro dessa perspectiva é vista como objeto sexual, sendo esse o resultado do processo de colonização portuguesa apresentado pela revista, um enaltecimento da masculinidade, lembrando que essa visão sobre a mulher brasileira se dá a partir de um legado escravocrata com raízes na casa-grande. De acordo com Celi Pinto:

A mulher naquela situação era frequentemente objeto de estupro. Ou era a mulher branca, que se submetia ao homem por ser este seu dever de esposa para reproduzir a prole, ou era a mulher negra, objeto de desejo do homem branco que se permitia com ela prazeres não permitidos na casa-grande. (2003, p.80)

Ao retratar a temática “As relações simbólicas e o *habitus*” na página 192, é utilizado o “sociólogo, antropólogo e filósofo Pierre Bourdieu”. Ao abordar as “formas desiguais de poder”, cita a escola como modelo reprodutor das desigualdades:

Segundo Bourdieu, como instituição reprodutora de bens simbólicos, a escola perpetua as desigualdades sociais, já que transmite aos estudantes a forma de conhecimento das classes dominantes utilizando-se de um discurso aparentemente neutro e oficial.

Na página 249 é retratado a temática dos “movimentos sociais”, explicando como se constituem, suas características e modificações com o *mundo contemporâneo*. Na composição da explicação do tema é apresentada a teoria de Nancy Fraser e seus conceitos de *redistribuição e reconhecimento*. A abordagem é feita de forma criteriosa, elucidando a complexidade de sua teoria sem recorrer a uma explicação simplista.

Já referente ao capítulo 14, respectiva à temática “a política no Brasil”, na página 267, é mencionado à constituição do voto feminismo em 1932, e mais adiante quando assuntos como o Estado Novo, partidos políticos, ditadura, entre outros são tratados, não há relatos de manifestações e contribuições das mulheres nesses momentos históricos do Brasil.

Nesse sentido, nota-se em contraste com o livro didático de autoria de Nelson Tomazi, que “Sociologia hoje” aborda de forma mais abrangente questões de gênero, raça/etnia, sexualidade, utiliza-se mais referenciais femininos em comparação com “Sociologia para o ensino médio”, trazendo também o olhar dos estudos feministas e de gênero em seus conteúdos, além de traspasar as premissas de neutralidade da sociologia ao situar a importância da militância para a construção científica.

Portanto, constata-se a partir dessa análise que, os estudos feministas têm contribuído nos meios institucionais representados, por exemplo, pela escola e pela sua escolha do livro didático “Sociologia Hoje”, mesmo que esse livro didático contenha limitações, como a discrepância de autoras em relação aos autores, a linguagem ainda pouco inclusiva, além da invisibilidade das lutas das mulheres nos diferentes períodos históricos brasileiro, nota-se uma mudança significativa em relação ao livro anterior de Nelson Tomazi.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever sobre os momentos históricos do movimento feminista é compreender que o mesmo não se ateve apenas as suas primeiras formulações, mas buscou novas perspectivas, fragmentou-se, porém, não atenuou suas lutas, pelo contrário, a partir de novos debates, novas fronteiras se abriram. Essa contestação contínua existente entre os feminismos não tende a desmobilizar o movimento, uma vez que o mesmo é dialético, fluindo de acordo com as transformações sociais, o que denota mudanças significativas e mais inclusivas, como pode ser visto a partir da revisão da categoria mulher enquanto sujeito universal, possibilitando a adesão de novos sujeitos como as mulheres negras, lésbicas, transexuais, pobres, entre outras. Logo, os conflitos internos contribuem no amadurecimento tanto da prática política como no seu desenvolvimento teórico.

Conquanto, a partir da inserção das mulheres no mundo acadêmico, as práticas e as teorias influenciadas pela ação política feminista estabeleceram um novo formato de militância, dessa vez, lutando por um espaço antes negado às mulheres. Como resultado, a inserção dos estudos feministas e dos estudos de gênero nas universidades apontou a invisibilidade das mulheres na produção da ciência, e mais do que isso, não apenas introduziu as mulheres no meio científico, mas rompeu com as premissas iluministas que privilegiavam o homem em detrimento das mulheres e de outros grupos marginalizados, questionando os paradigmas das ciências tradicionais.

Desta forma, o movimento feminista enquanto ação política proporcionou e proporciona conquistas e contribuições epistemológicas para diversas áreas, como no caso da sociologia, sendo essa a problemática deste trabalho, entender como se deu o processo de inserção dos estudos feministas e de gênero no campo sociológico, para então, estabelecer uma análise dos desafios teóricos e epistemológicos que permeiam a disciplina de sociologia na abordagem dos dois livros didáticos.

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso inerente a Licenciatura em Ciências Sociais, realizou-se a partir de fontes bibliográficas e pelas análises dos livros didáticos de sociologia. Essa pesquisa que abarca teoria e prática afirmou a necessidade de se trabalhar gênero, sexualidade, raça/etnia, e classe para que se possa garantir de fato acesso às diversidades, sendo que, os estudos feministas e os estudos de gênero produziram e produzem ciência afirmando a sua legitimidade e inclusive, avanços ao relacionar militância e ciência, ampliando, desta forma, não só a disciplina de sociologia, mas a educação escolar como um todo.

Contudo, apesar da legalidade dos estudos feministas e de gênero e de sua inserção cada vez mais exigida nas diretrizes do ensino educacional, ainda assim apresenta dificuldades para a consolidação de sua prática, não só pela ausência do livro didático no processo de ensino e aprendizagem da turma do 3º ano A do ensino médio técnico, mas no envolvimento de todo corpo docente do qual pude acompanhar durante dois anos de estágio pelo PIBID. Essa resistência foi encontrada tanto nos livros didáticos, principalmente no livro didático de autoria de Nelson Dacio Tomazi, como na prática docente, caracterizando um posicionamento contrário ao que se propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da educação Básica, que é uma educação pautada na inclusão da diversidade humana.

O livro didático “Sociologia Hoje” não foi utilizado pelas professoras regentes do ano de 2015 pela turma do 3º ano B do ensino médio regular, e nem nesse ano de 2016 pela turma do 3º ano A do ensino médio técnico. Essa ausência do livro didático como ferramenta de auxílio (tendo ele a elaboração de uma maior inclusão das questões de gênero, sexualidade, raça/etnia, entre outras diferenças em seus conteúdos), revela a negligência dada a temas que se referem à experiência das intimidades e do gênero, sendo tratada como opinião e estrito a esfera do privado, e não como um debate importante para a esfera pública, científica e para o campo de ensino.

Ademais, cabe ressaltar a partir das análises feitas com bases nos referências bibliográficos e pelas observações participativas pelo PIBID - além da conjuntura social brasileira-, que essa ausência se dá justamente quando há uma pressão midiática e religiosa acerca das questões de gênero e sexualidade, explicando a possível ausência do livro didático nos anos de 2015 e 2016. Ademais, para a constituição de uma educação sem hierarquias e que contemple todas e todos, é necessária a abordagem de tais assuntos nos conteúdos dos livros didáticos, uma vez que o mesmo é um fator importante na construção do conhecimento.

Necessita-se estabelecer uma crítica aos conteúdos dos livros didáticos à medida que o mesmo possui importância no campo educacional, e como constatado no livro didático “Sociologia para o ensino médio” de Nelson Dacio Tomazi, esteve presente em seus conteúdos reflexões retrogradadas e certas parcelas de preconceito.

Na realização dessa pesquisa, pude observar também que ainda há uma necessidade de se abordar temas relacionados aos estudos feministas e de gênero desde a universidade, contribuindo para que futuras/os professoras/res da rede estadual tenham mais contato e habilidade de desenvolver tais assuntos no Ensino Médio. Deste modo,

por mais que os estudos feministas e de gênero tenha ganhado dimensão e mais “respeito” na academia, ainda não é o suficiente para uma formação integrada. E indo um pouco além, cabe questionar em que medida toda a incorporação de estudos de gênero nas ciências sociais são tidas como legítimas ao ponto de serem incluídas nos livros didáticos de sociologia para o Ensino Médio. Pensando esse questionamento para um trabalho futuro caberia à pergunta: Em que medida essa pode ser uma marca de aspectos nacionais brasileiros para lidar com gênero, sexualidade e diferenças?

A resolução dessas lacunas nas universidades é significativa, pois, contribui na importância do processo de assimilação das práticas docente e de uma visão crítica quanto a elas, tendo inclusive o programa PIBID como fomentador dessa transformação, uma vez que as diretrizes do mesmo têm como objetivo a profissionalização de educandos para a constituição de futuros educadores cada vez mais qualificados. É importante entender que o curso de Ciências Sociais é recente - como visto anteriormente -, sendo ele reflexo de um contexto histórico intermitente, pautado em premissas iluministas, e que, ainda está em processo de consolidação. Por isso a relevância desse programa, para que se possa cada dia mais inserir discentes das universidades no processo de ensino e aprendizagem das instituições escolares, desenvolvendo uma contribuição que se estabelece de forma mútua. No entanto, sobre esse assunto que se caracteriza pela resistência dada aos feminismos na universidade seria pauta para pesquisas futuras.

É importante, em vista do conteúdo deste trabalho, combater as limitações e resistências transmitidas pelo padrão de ciência, introduzindo nos conteúdos dos livros didáticos e enquanto prática docente, pesquisas científicas a partir de um posicionamento comprometido e político, para que se possam integrar cada vez mais os sujeitos historicamente invisibilizadas e excluídas do universo acadêmico e escolar.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.** Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea.** São Paulo: Blucher, 2016.

AGUIAR, Neuma. **Gênero e ciências humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

ALVES, Branca Moreira, PITANGUY, Jacqueline. **O Que é Feminismo?** São Paulo: Brasiliense. 1991 8ª edição.

BANDEIRA, Lourdes. **A contribuição da crítica feminista à ciência.** Estudos Feministas. Florianópolis, janeiro-abril/2008

BITENCOURT, Silvana Maria. **A contribuição de teóricas para os estudos de gênero.** Revista Ártemis, Vol. XVI n 1; ago-dez, 2013.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade;** tradução de Renato Aguiar. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil.** Revista Estudos Feministas. Disponível em: <http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-035108caldwell.pdf>

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade.** Vol. II, Cap. 4, 1999.

COAN, Marival. **A sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho.** Florianópolis, 2006.

CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal.** Cadernos pagu (16) 2001

COSTA, Alcântara Alice Ana, SARDENBERG, B. Maria Cecília. **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas.** Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

CRUZ, Alves Lindalva. **Crítica epistemológica do feminismo.** São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

GÓES, Montenegro Laura. **Reflexões Acerca do Livro Didático de Sociologia no Ensino Médio: Um Estudo de Caso do Antes e Depois do PNLN de 2012.** Florianópolis, SC, 2013.

GUELFY, Wanirley Pedroso. **O movimento da sociologia como disciplina escolar entre 1925 e 1942: As reformas do secundário e os programas de ensino do Colégio Pedro II.** Mediações, Londrina, V. 12, N. 1, P. 11-30, JAN/JUN. 2007.

HAHNER, Jane E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850 1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 80

HARDING, Sandra. **A instabilidade das Categorias analíticas na teoria feminista**. vol.

HARITA, Helena. **Dicionário crítico do feminismo**. Ed: UNESP, São Paulo, 2009. II, n2 4, Summer, 1986,

_____ **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>> acesso em 08/05/2016.

JESUS, Santos Milena; SACRAMENTO, Pereira Maria Sandra. **A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas**. Vol.3, N°3. set./dez. de 2014.

KARAWEJCZYK, Mônica. **Mulheres, Modernidade e Sufrágio: uma aproximação possível**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV n° 4

KELLER, Fox Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? cadernos pagu (27), julho-dezembro de 2006

KOLLER, Sílvia Helena & NARVAZ, Martha Giudice. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, n. 11, ano 3, 2006.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 2, vol. 1, out. ,1986.

LÔBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LONGARAY, Azevedo Deise; RIBEIRO Costa Regina Paula. **Problematizando os discursos científicos sobre a homossexualidade**, 2009

LONDA, Schienbinger. **O feminismo mudou a ciência?** Trad: Raul Fiker. Bauru, SP : EDUSC, 2001.

LOPES, Margaret Maria. **Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade**. Cadernos pagu (27), julho-dezembro de 2006

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. in: DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

MARTINS, Antunes Paula Ana. **O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade**. Vol.4, N°1. Jan. abr. 2015.

MARIANO, Silvana. **Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise**. cadernos pagu, 2007.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG, and CASTRO, PA. orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MELO, Érica. **Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott**. cadernos pagu (31), julho-dezembro de 2008.

NICHOLSON, Linda. **Interpretando o gênero.** *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PCN+ENSINO MÉDIO. **Orientações Educacionais Complementares aos parâmetros curriculares nacionais.**

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história;** tradução Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres;** Trad. Ângela M. S. Côrrea. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003

PINTO, Jardim Regina Céli. **Feminismo, história e poder.** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero.** Ed: CNT-Compostela, Agosto de 2012.

REIS, Gomes Regina Ana. **Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade.** Salvador, 2008.

RODRIGUES, Souza Marta, SILVA, Alves Artur. **A emancipação da mulher na imprensa feminista nos primeiros anos da República no Brasil.** 2014.

RÜSCHE, Ana. **Utopia, feminismo e resignação.** Orientadora Maria Elisa Burgos Pereira da Silva. Cevasco. – São Paulo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

_____ **Primórdios do conceito de gênero.** Cadernos pagu. Departamento de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999.

SARDENBERG, Bacellar Maria Cecilia. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001

SARTI, A. Cynthia. **Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro.** cadernos pagu (16) 2001

SCAVONE, Lucila. **Estudos de gênero: uma sociologia feminista?:** *Estudos Feministas*, Florianópolis, janeiro-abril/2008

SCHMIDT, Terezinha, Rita. **Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 272, setembro-dezembro/2006 Pp. 775-799.

SCOTT, W, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Trad. Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. 1989.

SCOTT. W, Joan. **O enigma da igualdade.** *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

SILVA, Prado Samira. **As relações de gênero nos livros didáticos de sociologia: uma investigação sobre um livro didático público e um comercial.** Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

SILVEIRA, Lucia Maria. **Apontamentos para uma trajetória teórica do feminismo.** Volume 14 – Nº 1 – 1º Semestre de 2014

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em

SOCIOLOGIA. Ensino médio. (coord.) Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010

SWAIN, Navarro, Tânia: **Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o continuum lésbiano,** 2010.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate** Florianópolis, 2007